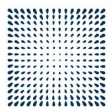


Carta Educativa

Concelho de S. João da Madeira



S. João da Madeira
Câmara Municipal



FUNDAÇÃO
MANUEL LEÃO

Julho 2006

1- INTRODUÇÃO

1.1 – PAPEL DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito de educação está intimamente ligado ao de cidadania. Para cada cidadão se poder integrar, de forma completa, na comunidade a que pertence, é necessário que desenvolva uma série de competências que lhe permitam, assentando nos valores colectivos fundamentais, adequar a sua actuação ao grupo em que está inserido. A educação interessa pois a todos e não se esgota na actividade escolar, como de forma redutora muitas vezes é considerado.

Se é verdade que a educação a todos interessa e cada vez mais assume um papel transversal, saindo dos muros da escola em cada momento e tocando a todos ao longo da sua vida, mais importante se torna a noção de Comunidade Educativa, tomada como o conjunto de todos aqueles que pretendem, individual ou em grupo, estar integrados na sociedade. Também neste aspecto temos obrigação de fugir do papel redutor passivo que muitas vezes é dado à Comunidade Educativa e que toma expressão prática em diferente legislação. Se é verdade que a educação é um processo de crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal, que potencia o aproveitamento das capacidades de cada indivíduo, também é verdade que a educação conjunta de uma comunidade eleva exponencialmente a possibilidade de obtenção dos resultados desejados.

Ora, as autarquias podem dentro da comunidade educativa desempenhar um papel fundamental, fomentando a participação cívica activa de um maior número de cidadãos. Elas encontram-se, de facto, numa situação privilegiada para poderem constituir um papel de motor na formação e educação dos membros da comunidade ao longo da vida. São elas que melhores condições têm



para congregar todo o conjunto de instituições, organismos e programas em torno de objectivos educadores. Desta forma, para além das tradicionais áreas administrativas, o Município deve assumir o desígnio da formação, da promoção e do desenvolvimento dos habitantes do concelho, crianças, jovens, adultos e idosos.

Este novo conceito de Comunidade Educativa passa na prática a designar um território comum onde as responsabilidades de cidadania incluem as responsabilidades de formação e educação permanentes, cooperativamente compartilhadas entre um leque muito mais alargado de actores educativos. Esta nova dimensão da cidade implica considerar que a educação dos cidadãos não é somente responsabilidade das instituições tradicionais (Estado, família, escola) mas tem também de ser assumida pelo município, por associações e instituições culturais, empresas com vontade educadora e por todas as instâncias da sociedade. Por este motivo é necessário aproveitar as potencialidades educativas de todos os envolvidos e fortalecer os laços que os ligam.

Neste quadro competirá à Câmara Municipal desenhar o seu território numa perspectiva educativa, equilibrando as desigualdades sociais que sempre ocorrem. Caber-lhe-á a iniciativa de promover o respeito à diversidade e simultaneamente afirmar uma identidade cultural própria assente na memória e cultura colectiva, nos símbolos e festas, criando condições para a construção de um futuro colectivo.

A sociedade encontra-se em forte mutação. A crise de valores, os novos conceitos de família, a mediatização e rapidez da propagação da informação, a competição sem tréguas entre instituições e pessoas, constituem um quadro que só por si coloca novos desafios educativos. A



nova sociedade exige rápidas e profundas mudanças no sistema educativo, não significando, antes pelo contrário, maior responsabilização da escola.

O que se pede à comunidade é que se preocupe mais com a preparação dos seus membros de modo a favorecer a inclusão social e a formar cidadãos com maior sentido crítico, mais capazes de seleccionar informação e mais aptos para a transformar em conhecimento. Sempre no caminho da sociedade educadora, tal como é proposto pela UNESCO: *aprender para saber, aprender para fazer e aprender para viver em comunidade.*

A publicação do decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003 corresponde a mais um passo no caminho atrás afirmado, passo este cujo alcance dependerá do aproveitamento que cada comunidade fizer dos instrumentos definidos na lei: o Conselho Municipal de Educação e a Carta Educativa.

1.2 – A Carta Educativa

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município. (Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003)

Uma Carta Educativa não pode ser um levantamento, mais ou menos exaustivo, da situação educativa da região a que se refere, nem muito menos se pode resumir à inventariação das infra-estruturas escolares.

A Carta Educativa tem de ser um documento vivo, fundamental para o planeamento estratégico de cada região. A sua existência pressupõe o entendimento de que o desenvolvimento social de uma população só é possível através da melhoria da educação, ensino, formação e cultura. Como tal, a Carta Educativa deve conter não só um diagnóstico da situação educativa e formativa, e não apenas a escolar, da região que abrange, mas também os possíveis cenários de desenvolvimento, através do confronto com outros documentos estratégicos locais e nacionais, com as recomendações necessárias à sua operacionalização.

Considerar o documento como um instrumento prático de apoio ao desenvolvimento, significa que, para além de um documento inicial contemplando os aspectos já referidos, deverá também reconhecer uma avaliação dinâmica que permita corrigir trajectórias de desenvolvimento. Deve, pois, ser concebido à partida como um documento periodicamente alterável. Deve ser um instrumento de reflexão para a comunidade que retrata e que projecta. Pretenda-se que seja um bom pretexto, em cada momento, para que a comunidade debata a sua acção em termos educativos.

A Carta Educativa que se vai apresentar assenta em alguns princípios básicos:

- A educação deve estar ao serviço da comunidade;
- A educação deve ser gerida com eficácia;
- A educação, no seu desenvolvimento deve procurar constantemente atingir padrões de qualidade mais elevados.

De um ponto de vista mais pragmático, a Carta Educativa tem que prever, também, qual a resposta adequada às necessidades do redimensionamento da Rede Educativa do Concelho, adaptando a cada caso concreto as orientações nacionais e regionais definidas pelo Ministério da Educação.

Tratando-se do mais importante instrumento de planeamento educativo do Município, a Carta Educativa deve servir para orientar, todos os actores educativos, no desenvolvimento do sistema. Poderemos resumir a missão da Carta Educativa, como orientação em três sentidos:

- Desenvolver S. João da Madeira;
- Permitir o crescimento saudável e seguro dos jovens, em S. João da Madeira;
- Permitir que se viva bem em S. João da Madeira.

1.3 – Partes constituintes da Carta Educativa

A estrutura escolhida para o documento que agora se apresenta, consagra uma primeira parte na qual se pretende dar uma visão global do concelho do ponto de vista geográfico, demográfico, social e económico. Em seguida, é feito o balanço da situação educativa com particular atenção à oferta escolar, educativa e formativa e à frequência dos diferentes níveis de ensino.

Desenhado o quadro existente e efectuado o diagnóstico da situação, serão posteriormente propostas algumas acções tendentes a melhorar a situação e apresentada uma metodologia de monitorização e de avaliação das acções a implementar.

2 - Caracterização e breves notas sobre o concelho

São João da Madeira é um concelho, o mais pequeno do país, em área, com uma única freguesia, que se encontra integrado na NUT III de Entre Douro e Vouga, no distrito de Aveiro e na Área Metropolitana do Porto. Situa-se a 40 km da cidade de Aveiro a 32 km da cidade do Porto e 20 km costa marítima. É delimitado a norte pelas freguesias de Milheirós de Poiares e Arrifana, pertencentes ao concelho de Santa Maria da Feira, a sul pelas freguesias de Vila de Cucujães e S. Roque, pertencentes ao concelho de Oliveira de Azeméis e a este pela freguesia de Macieira de Sarnes, também pertencentes a este concelho.



São João da Madeira, integrando o que durante muitos anos foi o principal eixo viário do País, a Estrada Nacional n.º 1, constitui ainda hoje um centro de encontro de quem se desloca de Arouca e Vale de Cambra para o litoral e de quem, vindo de Oliveira de Azeméis, se dirige para norte.

Segundo o censo de 2001 residem em S. João da Madeira 21 102 habitantes. No entanto, a capacidade geradora de emprego que possui, faz com que tenha uma população flutuante aproximadamente igual à residente.

Situado na zona agrícola de Cambra foi, no entanto, como concelho industrial que S. João da Madeira se desenvolveu, apoiado numa importante posição estratégica. No princípio do século XIX iniciou-se um crescimento económico que alterou substancialmente as relações económicas e sociais, tendo como base as indústrias de chapéus e lacticínios bem como uma participação de sucesso em redes comerciais.

Foi, aliás, o seu desenvolvimento industrial que originou a criação do concelho, em 1926, depois de desanexado de Oliveira de Azeméis em que tinha sido integrado em 1801.

A antiga vila sede do concelho é elevada a cidade em 1984.

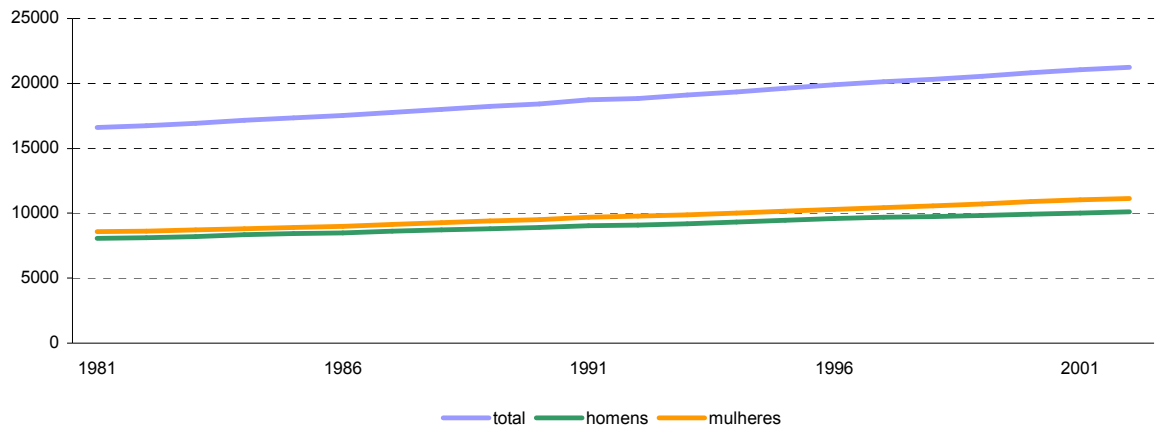
A mais antiga referência documental é de 1088, em que São João da Madeira é referido na doação do couto de Cucujães, por D. Afonso Henriques, ao mosteiro beneditino aí existente.

3 - Caracterização demográfica

3.1 – Evolução da população residente

A população do concelho de S. João da Madeira recenseada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2001 atingiu os 21 102 indivíduos, correspondendo a 7,62% da população do Entre Douro e Vouga.

Gráfico 1
Evolução da população residente no concelho de 1981 a 2002



FONTE – INE, Estimativas da População Residente

A relação de masculinidade, em 2001, era de 91,31¹, apresentando um decréscimo consistente relativamente aos censos de 1981 e 1991 cujos valores eram, respectivamente, 93,76 e 93,38. Este decréscimo contrasta com a tendência do Entre Douro e Vouga, da região Norte e do País.

São João da Madeira viu a sua população crescer fortemente nos últimos vinte anos. Entre 1981 e 1991 a população cresceu 12,21% e entre 1991 e 2001, 14,36% (Tabela 1).

Tabela 1
População residente em S. João da Madeira, em 1981, 1991 e 2001

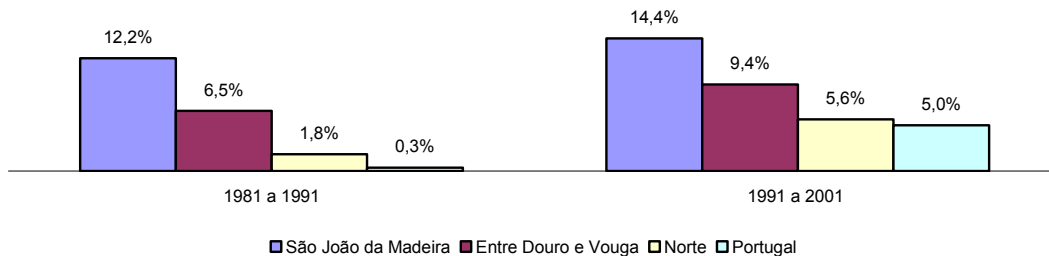
	1981	1991	2001	Varição (%) entre 1981 e 1991	Varição (%) entre 1991 e 2001
Homens	7 957	8 910	10 072	11,98%	13,04%
Mulheres	8 487	9 542	11 030	12,43%	15,59%
Total	16 444	18 452	21 102	12,21%	14,36%

FONTE – INE – Censos

Estes valores diferem consideravelmente do das unidades territoriais em que o concelho se integra e que apresentamos para comparação (Gráfico 2). Em especial, na década de oitenta, o incremento no concelho é quase o dobro do registado no Entre Douro e Vouga e profundamente diferente do ocorrido na região Norte e no país onde a variação da população não foi significativa.

¹ Relação de masculinidade: quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (expresso por 100 mulheres)

Gráfico 2
Variação percentual da população residente, entre 1981 a 1991 e entre 1991 a 2001



FONTE – INE, Censos

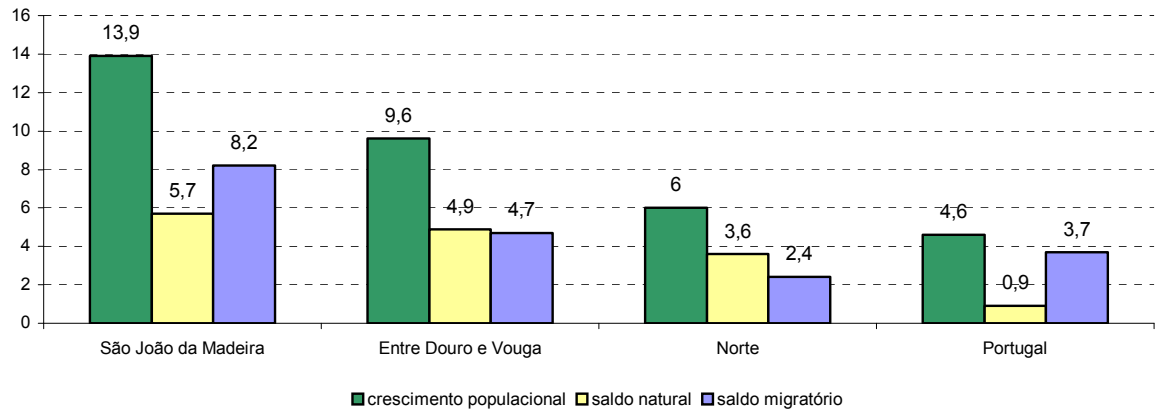
Na década seguinte a diferença não é tão acentuada mas persistem valores de crescimento demográfico muito superiores em São João da Madeira.

Por outro lado, analisando mais profundamente o crescimento ocorrido entre 1991 e 2001 (Gráfico 3²), verifica-se que o principal factor de acréscimo populacional é a componente migratória, a que correspondeu a um aumento de 8,2% (1 563 indivíduos), encontrando-se S. João da Madeira entre os dez concelhos com maiores saldos migratórios do Norte do País³.

² A discrepância entre os valores apresentados nos gráficos 2 e 3 deve-se a arredondamentos nos dados provenientes do INE que serviram de base para a construção deste último gráfico

³ Saldo migratório é a diferença entre o número de entradas e saídas por migração para outras regiões nacionais ou para o estrangeiro, num determinado período de tempo

Gráfico 3
Crescimento populacional, saldos natural e migratório, entre 1991 e 2001



FONTE – INE, Censo 2001

Por outro lado, o saldo natural manteve-se positivo ao longo da década, correspondendo a sua variação de 5,7% a um acréscimo de 1087 indivíduos. Este saldo é um dos mais elevados do Entre Douro e Vouga, ultrapassado apenas pelo de Santa Maria da Feira.

A evolução da densidade populacional do concelho manifesta, naturalmente, uma tendência de crescimento semelhante ao da população residente, passando de 2 027,62 habitantes por Km² (hab/Km²) em 1981, para 2 275,22 hab/Km² em 1991, e para 2 601 hab/Km² em 2001. Reduzindo-se o concelho a uma cidade fica justificado o elevado valor da densidade populacional só comparável ao das áreas urbanas de Lisboa e Porto.

Tabela 2
Densidade populacional em 2001

	Área total (km ²)	População residente (nº)	Densidade populacional (hab/km ²)
São João da Madeira	8,11	21102	2601,97
Entre Douro e Vouga	861,40	276812	321,40
Norte	21289,00	3687293	173,20
Portugal	92151,80	10356117	112,40

Fonte: INE, Censos; INE, Anuários Estatísticos Regionais 2002

3.2 – Distribuição da população residente por escalões etários

Em termos da estrutura etária da sua população, verifica-se uma quase coincidência entre São João da Madeira e o agrupamento de concelhos em que se insere. É uma população ligeiramente mais jovem que a da região Norte, facto que se acentua quando a comparamos com a população de todo o país.

Tabela 3
População residente por escalões etários em 1981, 1991 e 2001

	0 a 14 anos			15 a 24 anos			25 a 64 anos			65 e mais anos		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
São João da Madeira	26,73%	21,81%	17,33%	18,84%	17,14%	14,90%	46,71%	51,84%	55,66%	7,72%	9,21%	12,11%
Entre Douro e Vouga	28,97%	22,11%	17,78%	19,76%	18,20%	14,95%	42,47%	49,38%	54,68%	8,80%	10,32%	12,60%
Norte	28,91%	22,10%	17,49%	18,82%	18,04%	15,14%	42,48%	48,43%	53,41%	9,79%	11,43%	13,96%
Portugal	25,51%	19,99%	16,00%	16,56%	16,33%	14,29%	46,48%	50,08%	53,36%	11,45%	13,61%	16,35%

Fonte: INE, Censos

Analisando a evolução do número de habitantes dos diferentes escalões etários e fazendo a comparação com outras unidade territoriais, verifica-se uma tendência de maior aumento da população com mais de 65 anos, em S. João da Madeira, mas esta tendência é também acompanhada por menores diminuições da população mais jovem. De notar que se esta tendência ocorre em ambas as décadas analisadas ela acentua-se entre 1991 e 2001.

O fenómeno do envelhecimento demográfico, correspondendo ao aumento da importância relativa de idosos na população total, ocorreu em todas as regiões do país. Apenas no Norte e nas duas regiões insulares se mantém uma proporção de jovens, com idades entre os 0 e os 14 anos, superior à dos idosos, com idades superiores aos 65 anos.

Tabela 4

Varição percentual da população, por escalões etários, entre 1981 e 1991 e entre 1991 e 2001

	Varição 1981 a 1991					Varição 1991 a 2001				
	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e mais	Total	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e mais	Total
São João da Madeira	-8,42%	2,07%	24,53%	33,86%	12,21%	-9,17%	-0,54%	22,79%	50,35%	14,36%
Entre Douro e Vouga	-18,72%	-1,86%	23,84%	24,87%	6,52%	-11,81%	-9,91%	21,47%	33,93%	9,68%
Norte	-22,16%	-2,41%	16,11%	18,96%	1,84%	-15,96%	-10,88%	17,09%	29,66%	6,18%
Portugal	-21,38%	-1,06%	8,10%	19,31%	0,35%	-16,01%	-8,15%	11,84%	26,12%	4,96%

Fonte: INE, Censos

Como consequência directa da evolução populacional e das disparidades referidas, o índice de envelhecimento⁴, o índice de dependência jovem⁵ e o índice de dependência idosa⁶ apresentam em S. João da Madeira valores mais favoráveis, espelhando a dinâmica demográfica verificada.

O índice de envelhecimento tem vindo a aumentar em Portugal. Em 1981 a proporção era de menos de quarenta e cinco idosos para cem jovens com menos de catorze anos de idade. Em 1991 aquele número tinha aumentado para sessenta e oito. Finalmente, em 2001 existiam cento e três idosos para cem jovens.

S. João da Madeira evidencia também a mesma tendência, mas de uma forma muito menos acentuada. Em 1981 existiam pouco de mais de vinte e nove idosos por cada cem jovens, tendo aumentado este número para aproximadamente quarenta e dois, em 1991. Finalmente em 2001 o recenseamento aponta a existência de setenta idosos por cada cem jovens com menos de catorze anos.

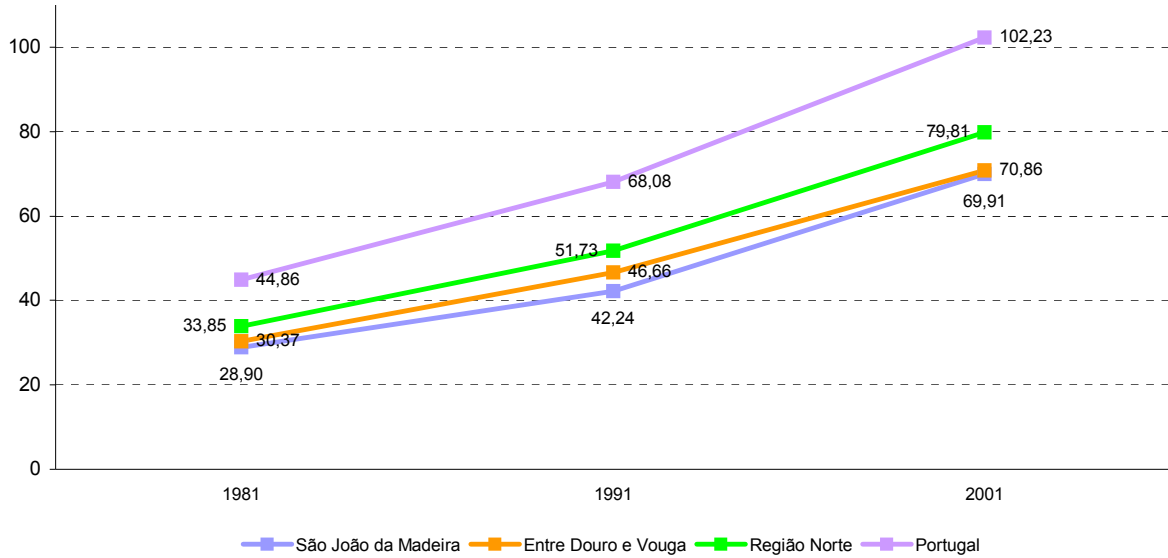
⁴ Índice de envelhecimento – relação entre a população jovem, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos)

⁵ Índice de dependência de jovens – relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida como o quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa por 100 pessoas dos 15 aos 64 anos)

⁶ Índice de dependência de idosos – relação entre a população idosa e a população com idade activa, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa por 100 pessoas dos 15 aos 64 anos)



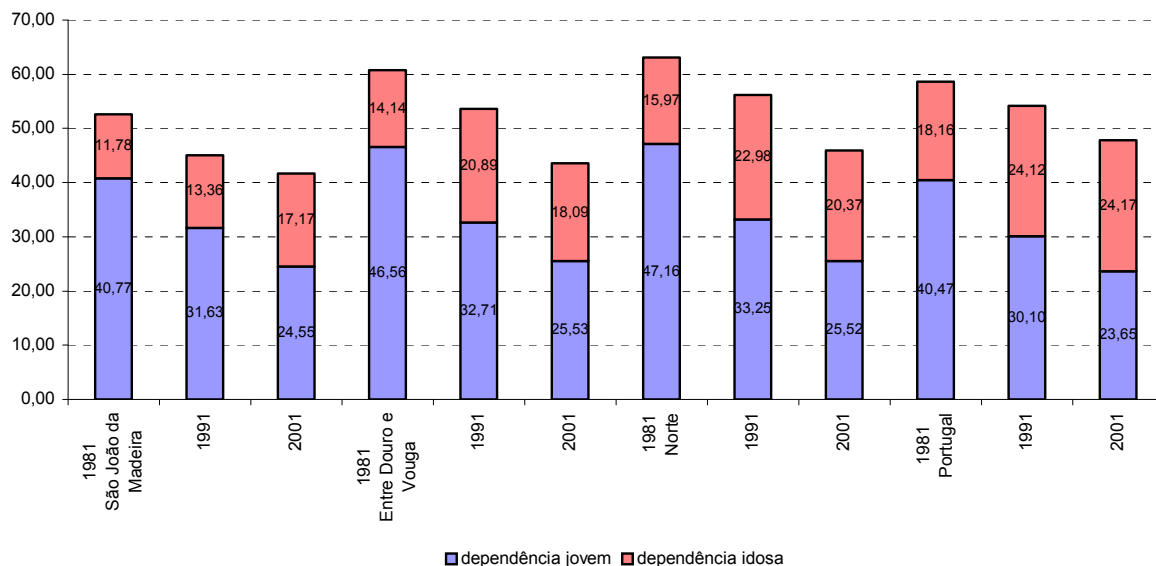
Gráfico 4
Evolução do índice de envelhecimento entre 1981 e 2001



FONTE – INE, Censos

A relação de dependência dos jovens (Gráfico 5) tem decrescido no país, assim como nas regiões em análise, como consequência da redução do número de jovens até aos catorze anos, em comparação com a população em idade activa. Em 1981 era de 40,77 jovens para cem indivíduos entre os quinze e os sessenta e quatro anos, em 1991 tinha-se reduzido para 31,63 e finalmente em 2001 apenas era de 24,65.

Gráfico 5
Índices de dependência para 1981, 1991, 2001

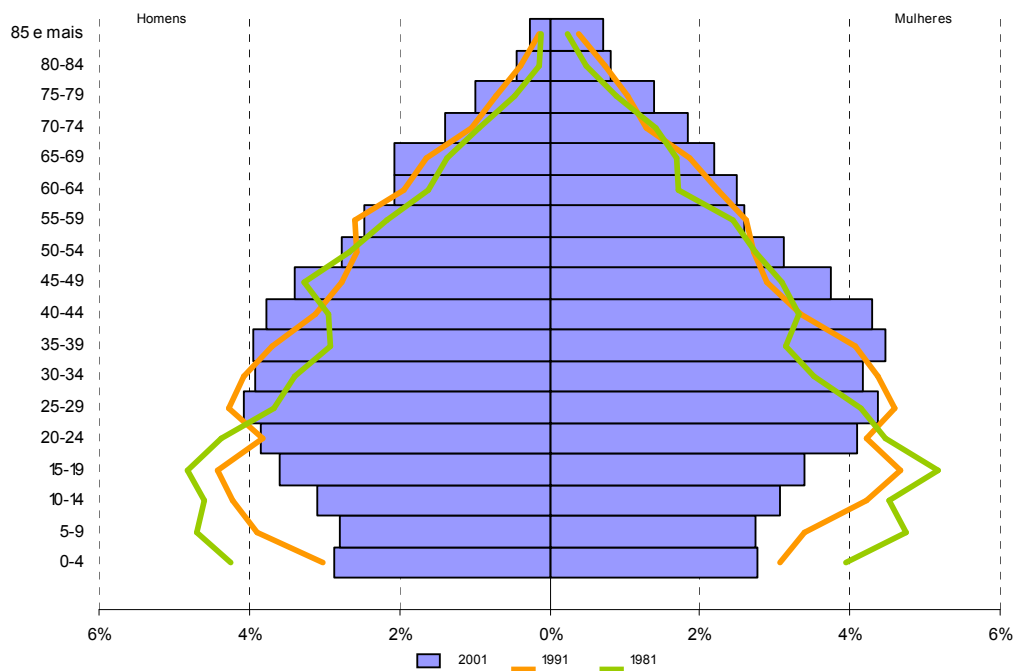


FONTE – INE, Censos

Naturalmente que o índice de dependência de idosos tem vindo a aumentar, tendo em consideração o aumento do peso relativo do grupo com sessenta e cinco e mais anos, em relação ao grupo com idades entre os quinze e os sessenta quatro. Mesmo assim, os valores deste índice são, em S. João da Madeira, inferiores aos do país.

Tudo isto pode ser visualizado na observação das pirâmides de idades da população do concelho nos anos de recenseamento. Repara-se, com facilidade, na redução da população jovem (até aos vinte e cinco anos) em idade activa e no aumento da faixa etária dos vinte e cinco aos sessenta e quatro anos, que acompanha os acréscimos de população mais idosa.

Gráfico 6
Pirâmide etária do concelho, 1981, 1991 e 2001



Fonte – INE, Censos

De notar que se em 1981 o grupo com maior peso relativo era o dos jovens dos quinze aos dezanove anos para ambos os sexos, vinte anos mais tarde passa a ser o dos vinte e cinco aos vinte nove anos para os homens e o dos trinta e cinco aos trinta nove anos para as mulheres.

Esta disparidade de evolução entre os sexos é uma particularidade de São João da Madeira quando comparamos as pirâmides etárias dos cinco concelhos que constituem o Entre Douro e Vouga.

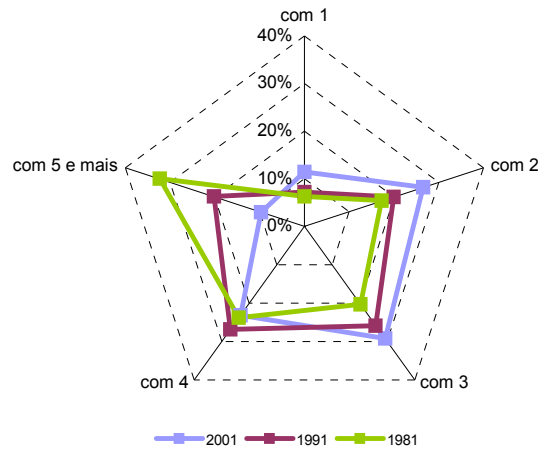


4 - Caracterização social da população

4.1 – Estruturas familiares

Acompanhando a evolução da dimensão média das famílias em Portugal, o concelho de S. João da Madeira registou, no período que estamos a analisar, uma diminuição regular. Em 1981, a média da composição dos agregados familiares era de 3,94 pessoas, tendo baixado em 1991 para 3,47 e no censo de 2001 era já de apenas 2,97.

Gráfico 7
Distribuição das famílias clássicas de São João da Madeira, por número de elementos constituintes, em 1981, 1991 e 2001



Fonte – INE, Censo

O número de famílias cresceu 69,32% no concelho, entre 1981 e 2001, passando de 4 165 para 7 052 famílias.

As famílias de maior dimensão têm vindo a perder expressão (Gráfico 7). Em 1981, as famílias compostas por cinco ou mais pessoas representavam 32,27% do total de famílias do concelho e em 1991 20,22%. Em 2001 são já apenas 9,78%. Em contraste, as famílias de menor dimensão registaram um aumento considerável, destacando-se as famílias unipessoais que cresceram cerca de 211,20% entre 1981 e 2001, aumento em parte explicado pelo número crescente de idosos a habitarem sós. Em 2001 a maior percentagem (29,18%) de famílias era composta apenas por 3 elementos.

4.2 – Níveis de escolaridade da população

No que respeita aos níveis de ensino atingidos⁷ pela população (Tabelas 5 e 6), parece ter ainda um significado especial a percentagem de população sem qualquer nível de ensino, 10,99%. No entanto, se separarmos a população com menos de 6 anos de idade, que não entrou ainda no sistema escolar, esta percentagem desce para 2,1%, concentrando-se no escalão mais idoso (mais de 65 anos) cerca de 70% daqueles que não atingiram nenhum nível de ensino.

⁷ Inclui indivíduos com o grau de ensino completo, incompleto e a frequentar

Tabela 5

Nível de escolaridade atingido pela população residente no concelho, por sexo, em 2001

Nível de ensino atingido	HM		H		M	
	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nível de ensino	2320	10,99%	981	9,74%	1339	12,14%
1º Ciclo do Ensino Básico	7151	33,89%	3313	32,89%	3838	34,80%
2º Ciclo do Ensino Básico	2928	13,88%	1490	14,79%	1438	13,04%
3º Ciclo do Ensino Básico	2485	11,78%	1336	13,26%	1149	10,42%
Ensino Secundário	3774	17,88%	1965	19,51%	1809	16,40%
Ensino Médio	178	0,84%	87	0,86%	91	0,83%
Ensino Superior	2266	10,74%	900	8,94%	1366	12,38%

Fonte – INE, Censo 2001

Tabela 6

Nível de escolaridade atingido pela população residente no concelho, por escalões etários, em percentagem, em 2001

Níveis de ensino	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e mais
Sem nível de ensino	28,34%	0,22%	1,99%	22,50%
Ensino Pré-Escolar (a frequentar)	12,80%	-	-	-
1º Ciclo do Ensino Básico	28,25%	3,34%	38,10%	60,17%
2º Ciclo do Ensino Básico	15,04%	12,27%	16,00%	4,42%
3º Ciclo do Ensino Básico	14,50%	18,19%	10,75%	4,69%
Ensino Secundário	1,07%	44,42%	19,05%	3,95%
Ensino Médio	-	0,00%	1,10%	1,92%
Ensino Superior	-	21,56%	13,01%	2,35%

Fonte – INE, Censo 2001

Ao observarmos a tabela 5, que nos dá os níveis de escolaridade atingidos pela população, por sexo, é notória a diferença entre os que não atingiram nenhum grau de ensino, com desvantagem para as mulheres (12,14% das mulheres contra 9,74% para os homens).

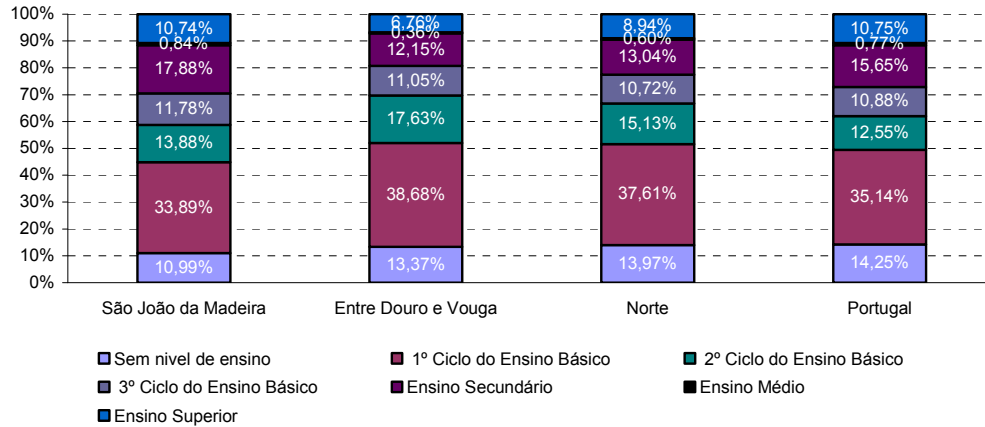
O ensino médio tem muito pouco significado como ensino terminal, tendo sido atingido por apenas 178 indivíduos num universo de 21.102 residentes.

No ensino superior, São João da Madeira acompanha a feminização que vem ocorrendo em Portugal. Em 2001 12,38% das mulheres haviam atingido esse grau contra 8,94% dos homens. São os escalões etários mais jovens, em idade activa, que atingem níveis mais elevados no sistema de ensino.

Em termos comparativos, a qualificação escolar dos recursos humanos potenciais do concelho é próxima da globalidade da sociedade portuguesa e consideravelmente superior à de Entre Douro e Vouga e da região Norte (Gráfico 8). De assinalar que a proporção dos indivíduos que não atingiram nenhum grau de ensino é inferior no concelho, quando comparada com o Entre Douro e Vouga, o Norte e o País. Tal pode ser explicado pela evolução verificada em S. João da Madeira, entre 1991 e 2001:

- a proporção de indivíduos sem qualquer nível de ensino diminuiu em cerca de um terço
- a proporção dos que atingiram o 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário mais que duplicou
- a proporção dos indivíduos que atingiram o ensino médio e superior quase duplicou.

Gráfico 8
Níveis de ensino, em São João da Madeira, Entre Douro e Vouga, Região Norte e Portugal, em 2001



Fonte – INE, Censos

A taxa de analfabetismo⁸ (Tabela 7) é aproximadamente metade da portuguesa, e pode ser considerada residual em São João da Madeira. Apesar de valores muito baixos, a sua evolução acompanha tendencialmente o decréscimo consistente que se tem vindo a verificar em Portugal. Entre 1991 e 2001 desceu 0,3 pontos percentuais alcançando o valor de 4,8%.

⁸ Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos

Tabela 7
Taxas de analfabetismo em S. João da Madeira, em 1991 e 2001

	1991	2001
São João da Madeira	5,1%	4,8%
Entre Douro e Vouga	8,7%	7,3%
Norte	9,9%	8,3%
Portugal	11,0%	9,0%

Fonte – INE, Censos



5 - Caracterização económica

5.1 – Taxas de actividade e desemprego

Entre 1991 e 2001 a taxa de actividade⁹ em São João da Madeira cresceu 2,2 pontos percentuais contra os 4 pontos percentuais de crescimento para Portugal (Tabela 8). A taxa feminina regista valores inferiores à masculina, mas com tendência para se verificar uma aproximação entre as duas. No período referido a taxa de actividade masculina diminuiu 0,3 pontos enquanto a feminina aumentou 3,6. Para 2001 o concelho apresenta uma taxa de 55%, superior à do país (48,2%), sendo superiores quer a masculina (54,8%) quer a feminina (42%).

A taxa de desemprego¹⁰ cresceu entre 1991 e 2001, atingindo em particular as mulheres (6,3% em 2001). Dados de Abril de 2004 do Centro de Emprego de São João da Madeira indicam uma subida significativa do desemprego desde 2001. Naquele mês estavam inscritos 825 desempregados, dos quais cerca de 48% se situavam na faixa etária dos 25 aos 49 anos. Em relação às habilitações literárias, aproximadamente 43% dos inscritos naquele centro de emprego possuía apenas o 1º ciclo do ensino básico.

⁹ Relação entre a população activa e a população total. A população activa define-se como o conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados); a entrada no mercado de trabalho podia ser em 1991 realizada a partir dos 12 anos, em 2001, a partir dos 15.

¹⁰ Taxa que define o peso da população desempregada sobre o total da população activa

Tabela 8
População activa e taxas de actividade e desemprego, no concelho, em 1991 e 2001

	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
População activa	9743	5320	4423	11543	5979	5564
- Empregada	9441	5180	4261	10913	5697	5216
- Desempregada	302	140	162	630	282	348
Taxa de actividade	52,80%	59,70%	46,40%	55,00%	59,40%	50,00%
Taxa de desemprego	3,10%	2,60%	3,70%	5,50%	4,70%	6,30%

Fonte – INE, Censos

Tabela 9
Distribuição percentual, da população residente, da população activa e da população desempregada por nível de ensino, em 2001

Nível de ensino	População residente	População activa	População desempregada
Sem nível de ensino	10,99%	0,8%	1,6%
1º Ciclo do Ensino Básico	33,89%	30,4%	35,9%
2º Ciclo do Ensino Básico	13,88%	17,7%	16,1%
3º Ciclo do Ensino Básico	11,78%	13,1%	17,1%
Ensino Secundário	17,88%	23,7%	28,7%
Ensino Médio	0,84%	1,0%	0,6%
Ensino Superior	10,74%	13,3%	0,0%

FORNTE – INE, Censos

A leitura da tabela 9 necessita de ser realizada com algum cuidado já que a distribuição percentual da população residente por níveis de ensino é fortemente condicionada pela população com idade abaixo do limite mínimo para integrar a população activa (16 anos) o que se reflecte no aumento de percentagem da população sem qualquer nível de ensino ou apenas com o ensino básico.



Podemos, no entanto, verificar que a menores habilitações correspondem maior desemprego.

5.2 – Distribuição da população por sectores de actividade

Em 2001, a distribuição da população empregada por sectores de actividade económica evidencia uma concentração muito significativa no sector secundário e terciário e um peso do sector primário residual (Tabela 10). Em confronto com os dados de 1991, verifica-se a terciarização comum ao país – em 1991 o sector dos serviços empregava 38,30% da população activa e em 2001 45,85%. Este valor é, em parte, explicado pelo facto de São João da Madeira reunir as funções de concelho, sede de concelho e cidade e, ainda assumir importância significativa no quadro da sub-região de Entre Douro e Vouga, o que implica a concentração de serviços.

Tabela 10
População activa e empregada de São João da Madeira, por sectores de actividade, em 1991 e 2001

	1991		2001		Evolução entre 1991 e 2001	
	nº	%	nº	%	nº	%
Sector primário	33	0,35%	56	0,51%	23	69,70%
Sector secundário	5792	61,35%	5853	53,63%	61	1,05%
Sector terciário	3616	38,30%	5004	45,85%	1388	38,38%
Total	9441	100,00%	10913	100,00%	1472	15,59%

Fonte – INE, Censos

O sector primário, em 2001, representa no concelho, confrontado com a região Norte e com Portugal (Tabela 11), um peso cerca de dez vezes menor, espelhando a sua realidade de concelho urbano.

Tabela 11
Estrutura comparada do emprego por sectores de actividade em 2001

Sector	Primário	Secundário	Terciário
São João da Madeira	0,51%	53,63%	45,85%
Entre Douro e Vouga	2,59%	60,91%	36,50%
Norte	4,75%	45,77%	49,47%
Portugal	4,98%	35,10%	59,92%

Fonte – INE, Censos

De notar que o acréscimo de 69,70%, expresso na tabela, não tem relevância por equivaler, em termos absolutos, a um aumento de apenas 23 indivíduos empregados. O sector secundário ocupa, em 2001, 53,63% da população activa, valor inferior ao de Entre Douro e Vouga e consideravelmente superior aos da região Norte e de Portugal.

5.3 – Empresas com sede no concelho

Avaliado pelo número de empresas com sede no concelho (Tabela 12 e Gráfico 9), o tecido empresarial¹¹ de São João da Madeira é dominado pelas empresas ligadas à prestação de

¹¹ Legenda dos códigos de actividades (CAE- Rev. 2):
A – agricultura, produção animal, caça, silvicultura
B – pesca
C – indústrias extractivas
D – indústrias transformadoras

serviços. Tal não corresponde, todavia, à imagem de um concelho marcadamente industrial, mas explica-se pela diferença de dimensão das empresas que operam nos vários sectores. De um total de 2.524 empresas, 454 (17,99%) operam no sector transformador¹², proporção inferior à de Entre Douro e Vouga em aproximadamente 5 pontos percentuais, mas superior à da região Norte e significativamente mais importante que a do país. No que concerne ao sector A+B, apresenta-se residual quer quando considerado o número de empresas (9) quer quando considerado o número de trabalhadores que emprega.

E – produção e distribuição de electricidade
F – construção
G – comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico
H – alojamento e restauração (restaurantes e similares)
I – transportes, armazenagem e comunicações
J – actividades financeiras
K – actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
L – administração pública, defesa e segurança social obrigatória
M – educação
N – saúde e acção social
O – outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
P – famílias com empregados domésticos
Q – Organismos internacionais e outras instituições extra territoriais

¹² Legenda dos códigos de actividades da indústria transformadora (CAE- Rev. 2):

DA – indústrias alimentares, bebidas e tabaco
DB – indústria têxtil
DC – indústria do couro e dos produtos em couro
DD – indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
DE – indústria de pasta de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão
DF – fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear
DG – fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
DH – fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
DI – fabricação de outros minerais não metálicos
DJ – indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
DK – fabricação de máquinas e de equipamentos não especificados
DL – fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
DM – fabricação de material de transporte
DN – indústrias transformadoras não especificadas

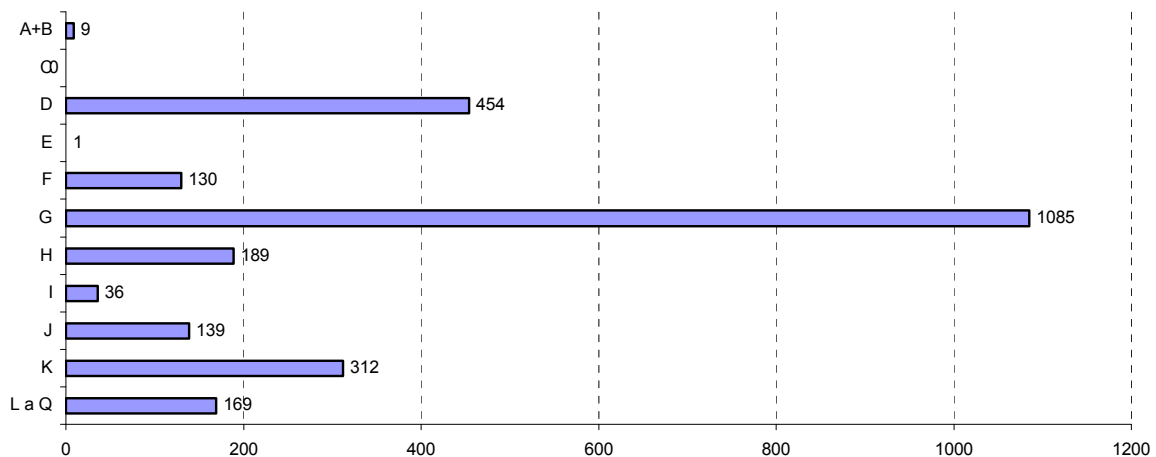


Tabela 12
**Distribuição, em percentagem, das empresas com sede em S. João da Madeira, segundo a CAE-
rev.2, em 31/12/2002**

	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	La Q
São João da Madeira	0,36%	0,00%	17,99%	0,04%	5,15%	42,99%	7,49%	1,43%	5,51%	12,36%	6,70%
Entre Douro e Vouga	3,41%	0,11%	23,19%	0,05%	16,81%	34,46%	5,71%	1,67%	2,99%	7,71%	3,89%
Norte	5,99%	0,20%	15,71%	0,04%	14,62%	35,85%	8,61%	2,55%	3,40%	8,42%	4,61%
Portugal	7,91%	0,17%	10,46%	0,04%	17,03%	34,47%	8,83%	2,95%	3,40%	9,77%	4,97%

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte 2002

Gráfico 9
Número de empresas com sede no concelho por CAE-rev2 em 31/12/2002



Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte 2002

A indústria transformadora (Tabela 13 e Gráfico 10) tem sido ao longo da história do concelho o motor do desenvolvimento, com relevo para a indústria do couro e dos produtos em couro (235 empresas, 51,76% do total da indústria transformadora). Referir a indústria do couro em São

João da Madeira é referir a indústria do calçado de que esta cidade é a “capital” portuguesa. A indústria têxtil ocupa 65 empresas (14,32%) e surge em segundo lugar no conjunto do sector transformador.

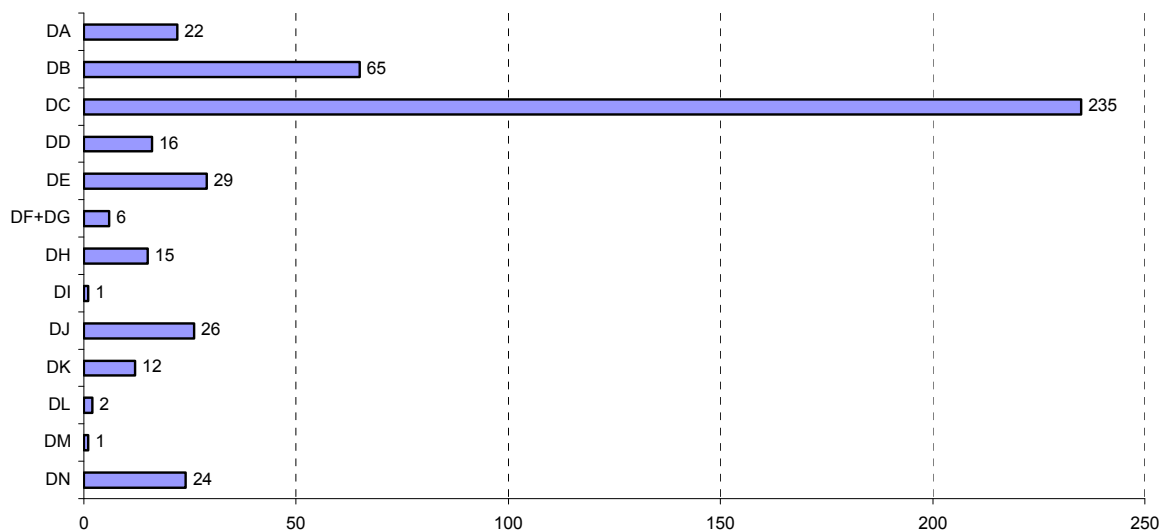
Tabela 13
Distribuição, em percentagem, das empresas da indústria transformadora, com sede em S. João da Madeira, segundo a CAE-rev.2 em 31/12/2002

	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
São João da Madeira	4,85%	14,32%	51,76%	3,52%	6,39%	1,32%	3,30%	0,22%	5,73%	2,64%	0,44%	0,22%	5,29%
Entre Douro e Vouga	5,28%	7,33%	30,31%	30,06%	2,76%	0,50%	1,29%	1,14%	12,55%	2,97%	0,73%	0,47%	4,63%
Norte	6,49%	34,12%	7,87%	11,10%	3,12%	0,63%	0,94%	3,24%	12,81%	2,56%	1,50%	0,48%	15,11%
Portugal	10,97%	23,05%	4,32%	10,79%	5,37%	0,83%	1,11%	5,47%	18,56%	4,25%	2,26%	0,93%	12,09%

Fonte – INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2002



Gráfico 10
Número de empresas da indústria transformadora, com sede no concelho, segundo a CAE-rev.2, em 31/12/2002



Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte 2002

6 - CARACTERIZAÇÃO EDUCATIVA DO CONCELHO

Pretende-se neste capítulo dar uma panorâmica do estado da educação no concelho de São João da Madeira, nos seus diferentes subsistemas. Para um melhor entendimento começaremos por uma breve apresentação do actual sistema educativo português, tendo como fundamento a Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada em 1986, e só depois analisando cada uma das partes que o constitui.

6.1 – O sistema educativo

O sistema educativo português tem sido nos últimos vinte anos enquadrado pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro de 1986) e compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

A educação pré-escolar desenvolvida em estabelecimentos escolares é assumida como complementar ou supletiva da acção educativa da família e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico (5-6 anos). A sua frequência é facultativa sendo, na lei, reconhecido à família o principal papel no processo de educação pré-escolar.

A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias de iniciativa diversificada, desde do poder local ao poder central, a colectividades, empresas, instituições de solidariedade social, etc.

A educação escolar, desenvolvida depois, compreende os ensinos básico, secundário e superior e integra modalidades especiais incluindo, ainda, actividades de ocupação de tempos livres.

O ensino básico inicia-se, em cada ano, para as crianças que completam 6 anos de idade até ao dia 15 de Setembro, podendo, no entanto, ingressar nele crianças que completem aquela idade até 31 de Dezembro, desde que os encarregados de educação assim o requeiram. A sua frequência é obrigatória, terminando esta obrigatoriedade aos 15 anos de idade.

O ensino básico compreende 3 ciclos sequenciais. O primeiro ciclo tem a duração de quatro anos, o segundo ciclo dois anos e o terceiro ciclo três anos. Cada ciclo deve desempenhar a função de completar, aprofundar e alargar os conhecimentos adquiridos no ciclo anterior, devendo o ensino básico no seu conjunto, pelo menos assim a lei o determina, corresponder a uma unidade global.

Para além das escolas básicas podem existir escolas especializadas cuja função é reforçar componentes do ensino artístico, sem que haja prejuízo da formação básica do aluno.

O ensino secundário, com a duração de 3 anos, organiza-se diferenciadamente com cursos predominantemente orientados para a vida activa (Cursos Tecnológicos, Cursos Profissionais e Cursos do Sistema de Aprendizagem) ou para o prosseguimento de estudos (Cursos Gerais,



hoje designados por Cursos Científico - Humanísticos). Têm acesso ao ensino secundário todos aqueles que completaram, com sucesso, o ensino básico.

A permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para prosseguimento de estudos é garantida pela Lei de Bases.

São também previstos na lei, no ensino secundário, estabelecimentos de ensino especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

Finalmente, o ensino superior compreende o ensino universitário e politécnico que podem conferir os graus de Bacharel, Licenciado, Mestre e Doutor.

Como atrás afirmamos, para além destes 3 ciclos de ensino, a educação escolar integra modalidades especiais: a educação especial, a formação profissional, o ensino recorrente de adultos, o ensino a distância e o ensino português no estrangeiro.

A educação especial visa a recuperação e integração socioeducativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais. Esta modalidade especial de educação escolar organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino ou em instituições específicas quando o tipo ou grau de deficiência assim o exija. Existem também formas de educação especial que visam a integração profissional do portador de deficiência.

A formação profissional tem como finalidade central facilitar uma integração no mundo de trabalho através da aquisição de conhecimentos e competências profissionais e destina-se:

- Aos que tenham concluído a escolaridade obrigatória,
- Aos que não concluíram o 9º ano de escolaridade até à idade limite da escolaridade obrigatória,
- Aos trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissional.

No sentido de abarcar toda a diversidade daqueles que a ela têm acesso a formação profissional estrutura-se de forma a desenvolver acções de:

Iniciação profissional

Qualificação profissional

Aperfeiçoamento profissional

Reconversão profissional.

O ensino recorrente de adultos destina-se àqueles que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário, ou seja com mais de 15 anos para o nível do ensino básico e 18 anos para o nível secundário.

Não nos iremos debruçar aqui nos ensino à distância e ensino português no estrangeiro.

Finalmente a educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.

São múltiplas as formas como a educação extra-escolar se pode desenvolver, contribuindo para isso as infra-estruturas culturais existentes em cada comunidade.



6.2 – Indicadores educacionais do concelho

Ao observarmos os indicadores educacionais de São João da Madeira verificamos que eles não se afastam muito daqueles que caracterizam a generalidade do País.

Conforme já referimos em capítulo anterior, a taxa de analfabetismo em S. João da Madeira, na altura do último censo, era 4,8%, muito inferior à média nacional (9,0%). O progresso conseguido ao longo dos últimos anos na escolarização da população não tem uma tradução mais significativa nesta taxa, devido ao aumento da percentagem de população mais envelhecida no conjunto dos habitantes. Sabe-se que é nestas camadas que se encontram os menos instruídos. Na realidade, nas camadas mais jovens o analfabetismo tem já uma expressão insignificante.

No subsistema pré-escolar a situação do concelho é favorável quando a comparamos com a situação das unidades territoriais em que se integra, mesmo considerando que no período entre censos (1991-2001) se verificou uma evolução percentualmente mais significativa em todas elas, no que respeita à taxa de pré-escolarização¹³.

Tabela 14
Taxas de pré-escolarização, em 1991 e 2001

	1991	2001
S. João da Madeira	56,3%	65,5%
Entre Douro e Vouga	49,7%	60,8%
Portugal (Continente)	46,0%	58,4%

FONTE – INE, Censos

¹³ Relação entre o número de crianças que frequenta o subsistema pré-escolar e a população com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos

No que respeita ao abandono escolar¹⁴, que permite medir a taxa de cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos o seu valor em S. João da Madeira é metade do valor médio do Entre Douro e Vouga e inferior a metade da média nacional.

Tabela 15
Quadro comparativo de alguns indicadores de escolaridade, em 2001

	Abandono	Saída antecipada	Saída precoce	Retenção no ensino básico ^{a)}	Aproveitamento no ensino secundário ^{a)}
S. João da Madeira	1,3%	24,8%	45,8%	12,1%	66,7%
Entre Douro e Vouga	2,6%	33,5%	54,1%	11,7%	70,8%
Portugal	2,7%	24,6%	44,8%	-	-

a) Estes dados referem-se ao ano lectivo 1999/2000

FONTE – Ministério da Educação

Relativamente à saída antecipada da escola¹⁵, as taxas do Entre Douro e Vouga são das mais elevadas do país sendo S. João da Madeira o concelho, entre aqueles que compõem a região, que menor taxa apresenta, ainda assim ligeiramente superior à média nacional. Este indicador permite-nos ter uma ideia do modo como o ensino básico é cumprido, podendo afirmar que, em cada quatro jovens, um não conclui o ensino básico. No entanto, também aqui serão de salientar os progressos realizados nos últimos anos, já que em 1991 esta taxa era a nível nacional superior a 50%.

¹⁴ Total de indivíduos no momento censitário, com idades entre os 10 e os 15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

¹⁵ Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

A saída precoce¹⁶ em S. João da Madeira atingia, em 2001, o valor de 45,8%, ligeiramente superior à média nacional. Este é um dos indicadores que, quando comparado com o dos outros países da União Europeia, dão uma medida do atraso estrutural do nosso país, já que espelha uma falta de qualificação dos recursos humanos fundamental para o desenvolvimento. Para termos uma ideia do desnível existente basta comparar com os 19%, valor médio da saída precoce nos 15 países europeus que constituíam a união em 2001.

A retenção no ensino básico¹⁷ é mais elevada a que a média do Entre Douro e Vouga embora só o concelho de Santa Maria da Feira apresente aqui um valor mais baixo. A leitura deste indicador tem que ser feita com especial cuidado pois um jovem pode não permanecer na escola apesar de não ter tido êxito, sendo neste caso contabilizado no abandono escolar se tiver menos de 15 anos ou nas saídas antecipadas se tiver mais do que aquela idade e menos de 24 anos.

O mesmo se passa quanto ao aproveitamento no ensino secundário¹⁸ que, quando observado isoladamente, não dá a imagem completa da situação no que respeita ao ensino secundário. De qualquer modo em São João da Madeira o aproveitamento no ensino secundário é inferior à média do Entre Douro e Vouga.

¹⁶ Total de indivíduos, no momento censitário, com idades entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

¹⁷ Percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino

¹⁸ Percentagem dos alunos que no 10º e 11º anos obtém classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano, em relação ao número de alunos que frequentam este nível de ensino.



6.3 – Parque Escolar de S. João da Madeira

O concelho de São João da Madeira possui 14 estabelecimentos de educação pré-escolar, onze escolas que leccionam o 1º ciclo do ensino básico, duas escolas o 2º ciclo do ensino básico, seis escolas o 3º ciclo do ensino básico e cinco escolas que têm cursos do ensino secundário.

Tabela 16

Escolas com educação pré-escolar e com ensino básico e secundário, em S. João da Madeira

Nome	Propriedade	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Tipologia	Nº de turmas	Taxa de ocupação
EB1 e JI do Parque	Pública	X	X						
EB1 e JI Conde Dias Garcia	Pública	X	X						
EB1 do Espadanal	Pública		X						
EB1 e JI de Casaldelo	Pública	X	X						
EB1 e JI de Carquejido	Pública	X	X						
EB1 e JI das Fontainhas	Pública	X	X						
EB1 dos Ribeiros	Pública		X						
EB1 e JI de Fundo de Vila	Pública	X	X						
EB1 e JI do Parrinho	Pública	X	X						
JI da Devesa Velha	Pública	X							
JI das Travessas	Pública	X							
Colégio Infantil de Santa Filomena	IPSS	X							
Abrigo Infantil das Laranjeiras	IPSS	X							
Centro Infantil de S. João da Madeira	IPSS	X							
Centro de Educação Integral	Privada	X	X	X	X	X	-	-	-
Externato Estrela Guia	Privada	X	X						
EB2,3 de S. João da Madeira	Pública			X	X		T30	36	1,20
ES com 3º ciclo Oliveira Júnior	Pública				X	X	T36	44	1,22
ES com 3º ciclo Dr. Serafim Leite	Pública				X	X	T30	37	1,23
ES com 3º ciclo João da Silva Correia	Pública				X	X	T24	27	1,12
Externato D. Dinis	Privada				x ⁹⁾	x ⁹⁾	-	-	-

NOTA – a) Só com ensino recorrente

- Na contagem do número de turmas das escolas EB 2,3 e ES/3, apenas foram consideradas as turmas em regime diurno;

As taxas de ocupação são, na realidade, superiores às calculadas, porque ao longo do tempo foram sendo aproveitados espaços para gabinetes de trabalho e salas especiais, diminuindo o número de salas de aula normais

Os jardins-de-infância e as escolas públicas que leccionam somente ensino básico estão reunidos, em termos de gestão, em dois agrupamentos. Um desses agrupamentos, o

Agrupamento Horizontal de Escolas e Jardins-de-infância de S. João da Madeira, apenas reúne escolas com pré-escolar e com 1º ciclo, enquanto o outro, o Agrupamento Vertical de Escolas e Jardins-de-infância de S. João da Madeira, alia a escolas daqueles níveis educativos a escola pública que lecciona, simultaneamente, os 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Tabela 17

Agrupamento de escolas de S. João da Madeira, em 2004/2005

	Nível de ensino	Nº de escolas	Nº de alunos
Agrupamento Horizontal	Pré-escolar	2	88
	Pré-escolar e 1º ciclo	3	153 + 352
	1º ciclo	2	331
	Total	7	924
Agrupamento Vertical	Pré-escolar e 1º ciclo	4	233+673
	2º/3º ciclos	1	812
	Total	5	1718

As escolas existentes no concelho não se esgotam apenas nas que oferecem a possibilidade de obtenção do diploma de ensino básico e secundário. Será de referir, de modo especial, a existência de uma escola de música, uma escola de artes e um instituto de línguas.

Em 2004/2005 matricularam-se no concelho em regime diurno, desde o pré-escolar até ao 12º ano, 5 998 alunos.

Gráfico 11

**Distribuição dos alunos, em S. João da Madeira,
em 2004/2005**

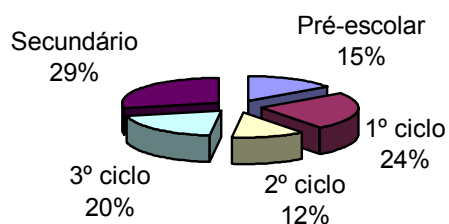


Tabela 18

**Alunos matriculados nas escolas de S. João da Madeira, segundo o nível de escolaridade, em
2004/2005**

Nível de ensino	Nº de alunos	Percentagem
Pré-escolar	920	15,3%
1º ciclo	1465	24,4%
2º ciclo	723	12,1%
3º ciclo	1195	19,9%
Secundário	1695	28,3%
TOTAL	5998	100,0%

Analisaremos em seguida com mais pormenor as diferentes modalidades educativas e formativas oferecidas no concelho.



7 - Pré-escolar

Em S.João da Madeira existem 14 estabelecimentos de educação pré-escolar, nove dos quais pertencentes à rede do Ministério da Educação, três pertencentes a IPSS e os dois restantes a outras entidades privadas.

Tabela 19

Jardins-de-infância de S.João da Madeira, em 2004-2005, respectiva frequência e rede a que pertencem

Escolas	Jardim-de-infância	Nº de Salas	Frequência	REDE
Propriedade pública	Carquejido	2	38	ME
	Casaldelo	2	49	ME
	Devesa Velha	2	43	ME
	Fontainhas	2	50	ME
	Fundo de Vila	3	64	ME
	Parrinho	3	75	ME
	Condes Dias Garcia	2	40	ME
	Parque	3	70	ME
	Travessas	2	45	ME
Privados	Colégio Infantil de Santa Filomena	7	147	Solidária
	Abrigo Infantil das Laranjeiras	4	72	Solidária
	Centro Infantil de S. João da Madeira	6	122	Solidária
	Centro de Educação Integral	3	68	Privada
	Externato Estrela da Guia	2	37	Privada
TOTAL	14 jardins-de-infância	43 salas	920 crianças	

FONTE – Ministério da Educação - CAE do Entre Douro e Vouga

Os jardins-de-infância são frequentados, em 2004-2005, por 920 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. Este número ultrapassa em largamente o número de crianças, com idades correspondentes ao pré-escolar (3-5 anos), residente em S. João da Madeira.

Realizando uma projecção a partir do censo de 2001 as crianças que frequentam o subsistema pré-escolar em S. João da Madeira corresponde a 125,5 % da população residente com idades compreendidas entre os 3 e 5 anos de idade. Este valor pouco variou entre os anos escolares 1999-2000 e 2004-2005, período sobre o qual incidiu o nosso estudo.

A diferença para o valor que o censo determinou para taxa de pré-escolarização¹⁹ em 2001, é explicável com o facto de uma parte significativa das crianças que frequentam jardins-de-infância em S. João da Madeira residirem nos concelhos vizinhos.

É, no entanto, de salientar o facto de terem existido, em 2004/2005, listas de espera nos jardins-de-infância JI do Parque e JI das Fontainhas (oito no primeiro e vinte e oito no segundo)

Os seis jardins-de-infância de propriedade privada correspondem a 36% dos estabelecimentos pré-escolares existentes no concelho, mas acolhem 48,5 % das crianças inscritas neste nível educativo (Gráfico 14).

¹⁹ Relação entre o nº de crianças que frequenta a educação pré-escolar e a população residente do grupo etário 3-5 anos

Gráfico 12
Evolução da frequência dos jardins-de-infância em S. João da Madeira, entre 1999-2000 e 2004-2005

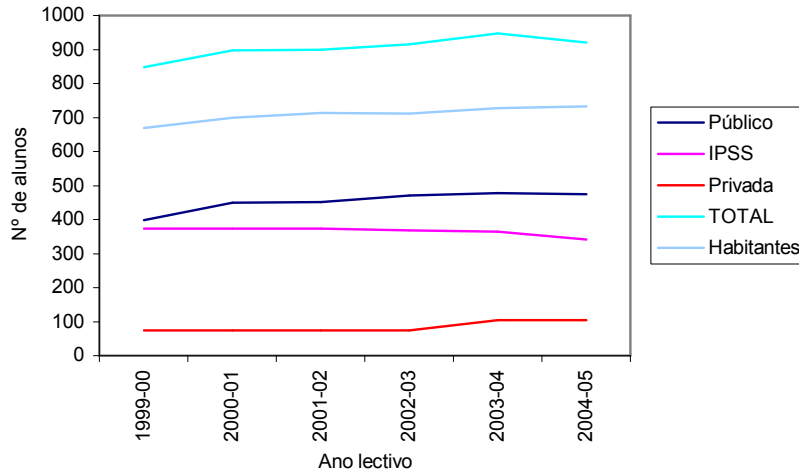
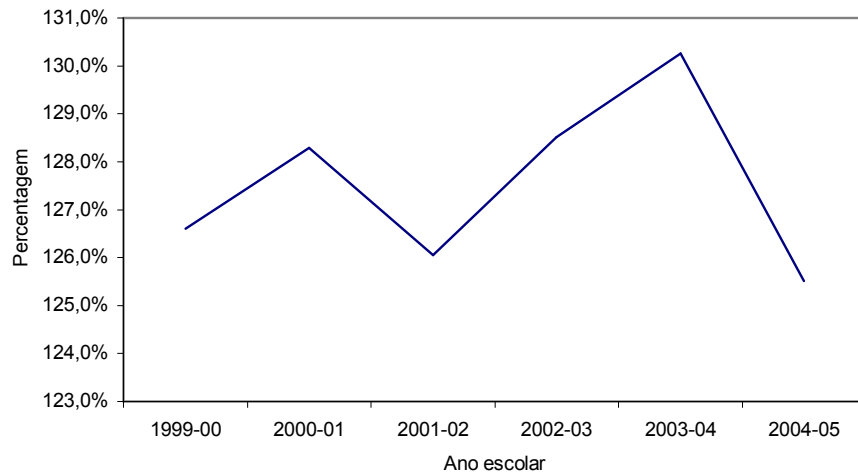


Gráfico 13
Evolução das taxas de pré-escolarização, em S. João da Madeira, entre 1999-2000 e 2004-2005



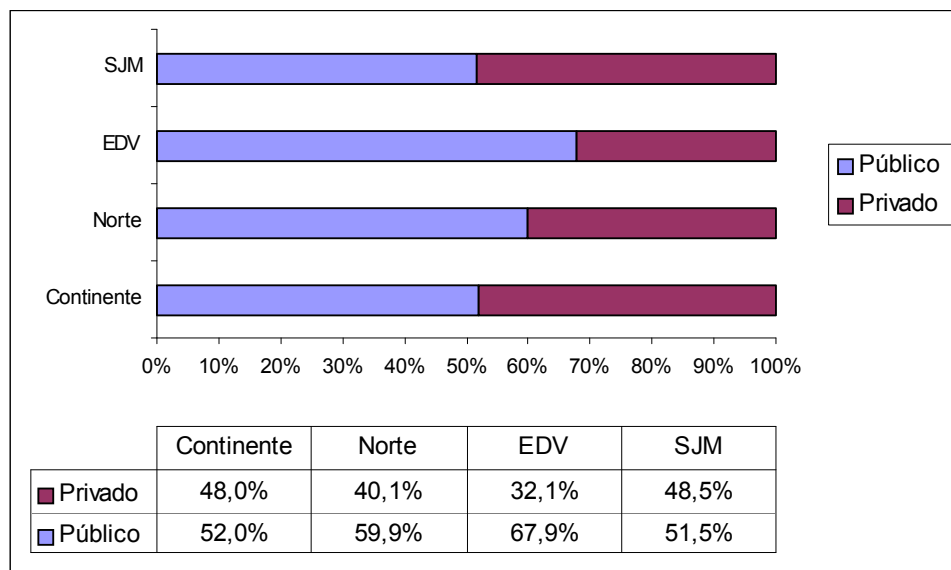
Dos jardins-de-infância de administração pública apenas dois têm instalações próprias, dividindo, os restantes sete, as instalações com escolas do 1º ciclo.

É também significativo que todos os estabelecimentos pré-escolares do concelho tenham no mínimo duas salas rondando a maioria deles as 40-50 crianças inscritas.

Em conjunto existem actualmente, no concelho, 43 salas ocupadas com o pré-escolar.

Gráfico 14

Distribuição percentual das crianças por jardins-de-infância públicos e privados



FONTE – ME Gabinete de Avaliação e Informação do Sistema Educativo e CAE do Entre Douro e Vouga

8 - 1º Ciclo do ensino básico

O ensino básico, actualmente com duração de nove anos divididos em três ciclos, inicia-se com o 1º ciclo de quatro anos.

Em São João da Madeira existem 11 escolas que leccionam o 1º ciclo do ensino básico, nove das quais são públicas.

Com excepção do Externato Estrela Guia todas as escolas do 1º ciclo possuem quatro ou mais salas de aula.

O facto da EB1 Conde Dias Garcia ter oito turmas constituídas, possuindo apenas quatro salas e a EB1 dos Ribeiros ter apenas seis salas para as oito turmas em funcionamento, não permite, ainda, a desejada relação “uma sala/uma turma/um ano de escolaridade”

As condições de segurança e de higiene e saúde dos edifícios onde funciona 1º ciclo do ensino básico são consideradas boas sendo esta imagem obtida a partir da opinião dos responsáveis directos de cada um deles. Algumas delas foram até consideradas muito boas referindo, a título de exemplo, a EB1 das Fontainhas.



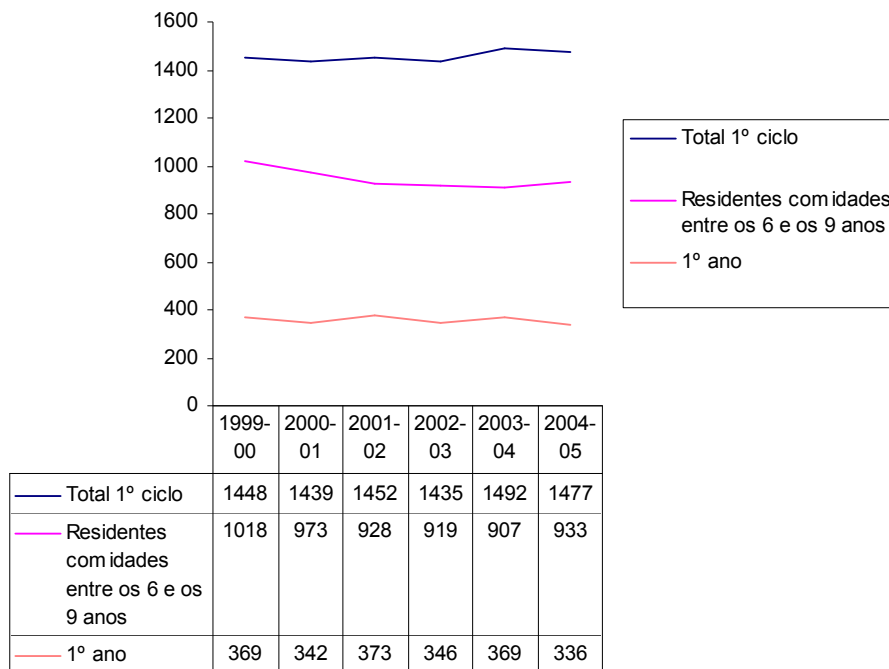
Tabela 20
Recursos existentes nas escolas do 1º ciclo de São João da Madeira

Agrupamento	Designação da Escola	N.º de turmas do 1º ciclo	N.º de salas de 1º ciclo	N.º de salas de pré-escolar	Salas específicas			Espaços de apoio			
					Biblioteca	Centro de recursos	Sala de Professores	Polivalente	Cantina/refeitório	Cozinha	Campo de jogos
Agrupamento vertical	EB1 n.º 1 – Parque	10	10	3	-		Sim	-	Sim	Sim	Sim
	EB1 n.º 4 – Casaldelo	6	6	2	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	EB1 n.º 6 – Fontainhas	8	8	2	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim	Sim
	EB1 n.º 8 – Fundo de Vila	8	8	3	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Agrupamento horizontal	EB1 n.º 2 – Conde Dias Garcia	8	4	2	Sim		Sim	-	Sim	Sim	Sim
	EB1 n.º 3 – Espadanal	8	8	-	Sim		Sim	-	Sim	Sim	Sim
	EB1 n.º 5 – Carquejido	4	4	2	Sim		Sim	-	Sim	Sim	Sim
	EB1 n.º 7 – Ribeiros	8	6	-	Sim		Sim	-	Sim	Sim	Sim
	EB1 n.º 9 – Parrinho	5	5	3	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Particular	Centro de Educação Integral	5	5	3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Externato Estrela Guia	2	2	2	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	-



Gráfico 15

Evolução da frequência do 1º ciclo e do 1º ano de escolaridade, em São João da Madeira, entre 1999/2000 e 2004/2005



FONTE – Ministério da Educação – CAE do Entre Douro e Vouga

Em 2004/2005 matricularam-se no 1º ciclo 1 477 alunos, representando o ensino privado apenas 8,2% do total das matrículas.

Como podemos observar no gráfico 15, no período que estamos a analisar não se verificou uma variação marcante no número de alunos do 1º ciclo.

O número de matrículas no 1º ano apenas sofre pequenas oscilações ano a ano, não representando a variação em 2004-2005, relativamente ao início do período em análise, mais do que uma diminuição de 7%.

Aliás, ao longo do período verifica-se até um ligeiro aumento (2,0%) no número total de alunos do 1º ciclo.

O número de alunos matriculados representa cerca de 158% da população, com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos de idade, que reside em São João da Madeira. Tal facto deve-se, como já foi sinalizado no capítulo anterior, ao movimento da população dos concelhos vizinhos que, no seu dia a dia, se desloca para S. João da Madeira trazendo consigo os filhos em idade escolar.

Tabela 21
Concelho de residência dos alunos matriculados nas escolas públicas do 1º ciclo de S. João da Madeira, no ano lectivo 2003/2004

Concelho	Nº de alunos	Percentagem
S. João da Madeira	1119	75,0%
Oliveira de Azeméis	184	12,3%%
Santa Maria da Feira	157	10,5%
Vale de Cambra	5	0,3%
Outros	7	0,5%
Arouca	3	0,2
Ovar	17	1,1

FONTE – Agrupamentos de Escolas de S. João da Madeira



Em 2001 a taxa de abandono em São João da Madeira, calculada a partir do censo à população, era, como já vimos, 1,3%.

O insucesso no ensino básico, nesse mesmo ano, atingia, segundo o Ministério da Educação, 12,1%.

Um levantamento de dados, referentes aos anos lectivos 2002-2003 e 2003-2004, realizado junto dos dois agrupamentos do concelho, corrobora a ideia de que o abandono no 1º ciclo é praticamente nulo e permitiu determinar a taxa de insucesso no 1º ciclo de 3,2% em 2002-2003 e 4,3% em 2003-2004.

Os dados disponibilizados pelas direcções dos dois agrupamentos de escolas, relativos aos recursos humanos existentes, permite verificar que a maioria dos professores do 1º ciclo (em conjunto com os educadores de infância) tem um vínculo permanente ao Estado, pertencendo ou ao quadro de cada escola (54%) ou ao quadro de zona pedagógica (35,6%) e apenas pouco mais de 10% não pertencem ao quadro do Ministério da Educação.

No que respeita à idade, quase metade (48,3%) dos 87 professores de 1º ciclo e educadores de infância que trabalham nas escolas públicas possui entre 40 e 49 anos de idade aparecendo em segundo lugar o grupo com idades compreendidas entre os 50 e 59 anos. Não existe nenhum com idade igual ou superior a 60 anos.

A maioria (52,9%) destes profissionais encontra-se há menos de 5 anos no respectivo estabelecimento de ensino e apenas 10,3% nele presta serviço há mais de 16 anos.



Tabela 22

Caracterização do corpo docente do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico público, em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005

		Nº de professores	Percentagem
Vínculo	Quadro de escola	47	54,0%
	Quadro de zona	31	35,6%
	Contrato	9	10,4%
Idade	20 a 29 anos	14	16,1%
	30 a 39 anos	12	13,8%
	40 a 49 anos	42	48,3%
	50 a 59 anos	19	21,8%
	Mais de 60 anos	0	0%
Entrada no estabelecimento de ensino	Há menos de 5 anos	46	52,9%
	Entre 6 e 10 anos	20	23,0%
	Entre 11 e 15 anos	12	13,8%
	Mais de 16 anos	9	10,3%

O corpo docente é estável e deverá, em princípio, permanecer estável nos próximos dez anos.

Dos elementos, referentes ao pré-escolar, que foi possível recolher junto das IPSS e estabelecimentos de ensino particular, podemos concluir que os professores que prestam serviço no ensino particular têm todos vínculo às diferentes instituições, mas são mais jovens do que os do ensino público, tendo a maioria idades compreendidas entre os 30 e 39 anos.

É interessante verificar que se encontram ligados há mais tempo aos seus locais de trabalho, apesar de serem mais jovens que os seus colegas do ensino público,.

A caracterização do pessoal não docente das escolas de 1º ciclo e jardins-de-infância da rede do Ministério da Educação é semelhante à dos professores e educadores, sendo apenas um pouco mais velho e estando há mais tempo no estabelecimento de ensino.

Tabela 23

Caracterização do pessoal não docente do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico público, em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005

		Nº de funcionários	Percentagem
Vínculo	Quadro de escola	20	62,5%
	Contrato sem termo	10	31,2%
	Contrato a termo	2	6,3%
Idade	20 a 29 anos	2	6,3%
	30 a 39 anos	8	25,0%
	40 a 49 anos	13	40,6%
	50 a 59 anos	8	25,0%
	Mais de 60 anos	1	3,1%
Entrada no estabelecimento de ensino	Há menos de 5 anos	17	53,1%
	Entre 6 e 10 anos	3	9,4%
	Entre 11 e 15 anos	5	15,6%
	Mais de 16 anos	7	21,9%



9 - 2º Ciclo do ensino básico

O segundo ciclo do ensino básico, com dois anos duração, é leccionado, em S. João da Madeira, apenas em duas escolas, uma privada e uma pública, o Centro de Educação Integral e a Escola Básica 2,3 de S. João da Madeira respectivamente.

O Centro de Educação Integral que já foi anteriormente referido por nele funcionarem, para além do pré-escolar, todos os anos de escolaridade até ao fim do secundário, tem no 2º ciclo do ensino básico inscritos, em 2004-2005, 23 alunos no 5º ano de escolaridade e 22 no 6º ano de escolaridade.

A Escola EB2,3 de S. João da Madeira tem, em 2004-2005, inscritos 309 alunos no 5º ano de escolaridade e 365 alunos no 6º ano. Esta escola, apesar de ter também em funcionamento turmas até ao 9º ano de escolaridade, possui cerca de 85% dos seus alunos a frequentar o 2º ciclo.

Apesar de existirem, também aqui, alunos que não residem em S. João da Madeira o seu peso percentual é menor.

Na EB 2,3 de S. João da Madeira, em 2003/2004, apenas existiam 65 alunos não residentes em S. João da Madeira, todos do concelho de Oliveira de Azeméis e mais de metade (34) da freguesia Vila de Cucujães.

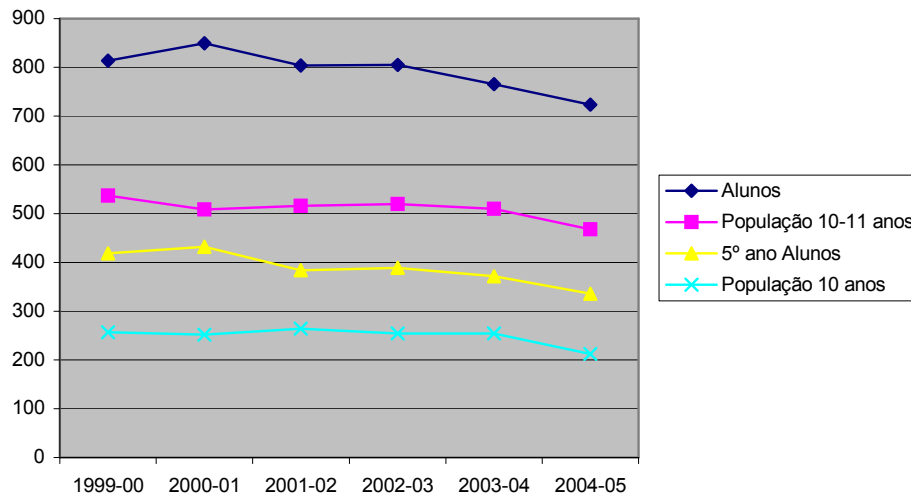
Se estimarmos a taxa bruta de escolarização do 2º ciclo, naturalmente que também ultrapassamos aqui os 100% não só pelo facto de parte dos alunos residirem noutros concelhos



mas também pelo afastamento de alguns deles da idade ideal para a frequência do ciclo respectivo, no caso do 2º ciclo 10-11 anos.

O número de alunos a frequentar o 2º ciclo em S. João da Madeira diminuiu 11,1%, nos últimos seis anos, tornando-se o decréscimo mais acentuado se olharmos apenas para a evolução do 5º ano de escolaridade, em que o número de alunos recuou 19,6%. No entanto, é de salientar que esta diminuição acompanha de forma muito próxima a diminuição da população residente das idades atrás referidas.

Gráfico 16
Evolução do número de alunos do 2º ciclo do ensino básico, em S. João da Madeira, e da população residente no concelho, com 10 e 11 anos de idade



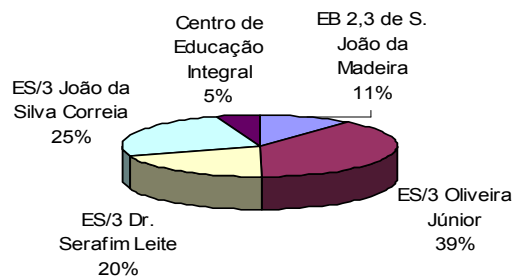
No que respeita ao insucesso neste nível de ensino, ele atingiu 5,2% em 2002/2003 diminuindo ligeiramente no ano seguinte para 4,9%, valores estes semelhantes aos alcançados no 1º ciclo.

10 - 3º Ciclo do ensino básico

O último ciclo do ensino básico é leccionado em diversas escolas públicas em S. João da Madeira: EB 2,3 de S. João da Madeira, Escola Secundária Dr. Serafim Leite, Escola Secundária Oliveira Júnior e Escola Secundária João da Silva Correia. É ainda leccionado numa escola particular, o Centro de Educação Integral.

Em 2004/2005, inscreveram-se neste ciclo 1 195 alunos, distribuídos de maneira diferente pelas escolas, sendo a Escola Secundária Oliveira Júnior aquela que mais alunos recebe neste nível de ensino.

Gráfico 17
Distribuição percentual dos alunos pelas diferentes escolas que leccionam o 3º ciclo em S. João da Madeira

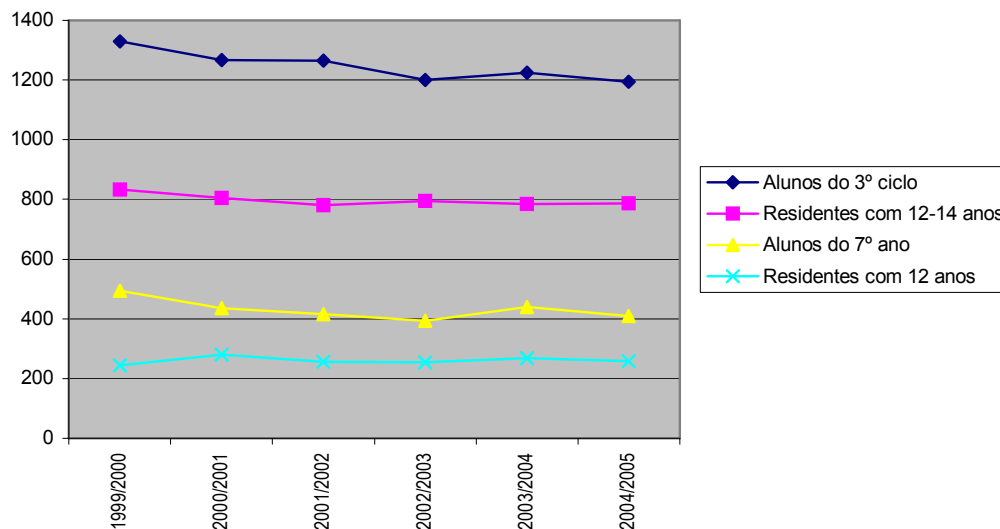


FONTE – ME – Coordenação da Área Educativa do Entre Douro e Vouga

Nos últimos seis anos, S. João da Madeira perdeu 10,2% dos alunos do 3º ciclo, valor superior à diminuição da população estimada com idade correspondente da faixa etária dos 12 aos 14 anos de idade.

Da mesma maneira que nos ciclos anteriores, o calculo das taxas de escolarização, através dos alunos inscritos no concelho, conduziria a valores muito superiores a 100% facto que assenta não só na existência de muitos alunos do 3º ciclo com mais idade do que a considerada ideal para a sua frequência mas também, essencialmente, pela existência de um grande número de alunos que não reside no concelho.

Gráfico 18
Evolução do número de alunos do 3º ciclo e da população residente com idade correspondente, em S. João da Madeira, desde 1999/2000

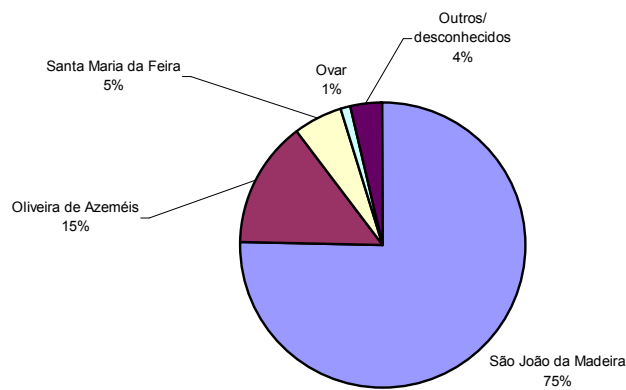


Em 2003/2004 a maior parte dos alunos que não residia em S. João da Madeira residia em Oliveira de Azeméis. Não era também de desprezar o número de alunos que residia nos concelhos de Santa Maria da Feira e Ovar.

O número de alunos residentes nos restantes concelhos do Entre Douro e Vouga não é significativo. São referenciados como residindo em Vale de Cambra apenas quatro alunos e cinco em Arouca.

Gráfico 19

Distribuição percentual dos alunos do 3º ciclo por concelho de residência, em 2003/2004



O insucesso no 3º ciclo assume uma expressão significativa, muito superior àquele que ocorre nos dois ciclos precedentes. Em 2003/2004, o insucesso atingiu 12,5%, distribuído de forma semelhante pelos três anos de escolaridade que compõem o 3º ciclo, mas variando muito de escola para escola.

Para 2005/2006, foram aprovadas formações alternativas ao sistema regular dirigidas a alunos que não concluíram o 9º ano de escolaridade e que lhes permitem, após a frequência com êxito, não só a obtenção do diploma de ensino básico a qualificação profissional de nível 2. O seu

desenvolvimento pode contribuir para a diminuição das taxas de abandono e para que aqueles que deixam a escola o façam já possuindo uma qualificação profissional inicial.

Tabela 24

**Cursos de Educação/Formação, com autorização de funcionamento em S. João da Madeira, em
2005/2006**

Curso	Escola
Comércio	Centro de Educação Integral
Protecção ao Ambiente	
Electricidade e Energia	ES/3 Oliveira Júnior
Ciências Informáticas	Externato D. Dinis

FONTE – Coordenação da Área Educativa de Entre Douro e Vouga

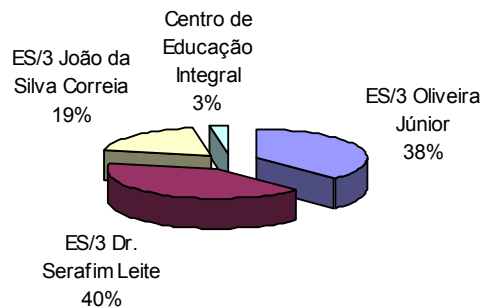


11 – Ensino secundário

O ensino secundário tem um peso significativo no sistema escolar do concelho.

Este nível de ensino e formação desenvolve-se em regime diurno em quatro escolas, uma das quais é privada, e em regime nocturno em duas escolas, uma das quais se dedica exclusivamente a este tipo de ensino.

Gráfico 20
Distribuição percentual dos alunos pelas diferentes escolas que leccionam o ensino secundário em S. João da Madeira, em 2004/2005

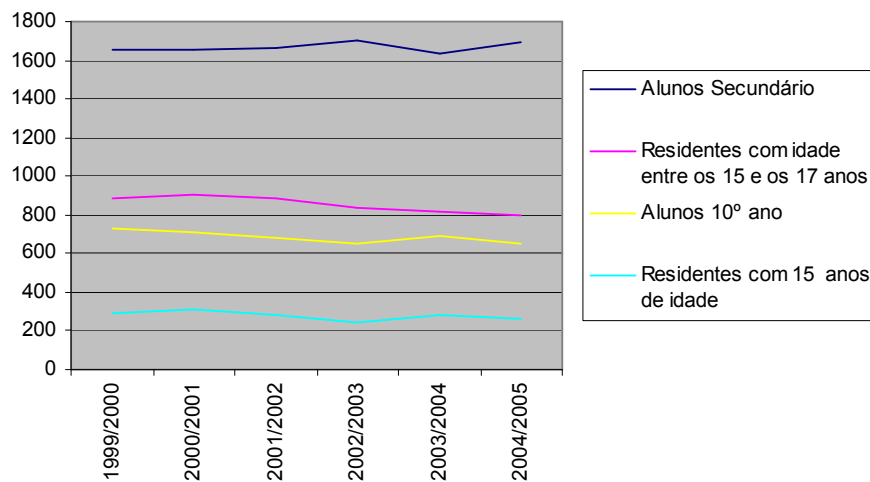


FONTE – ME – Coordenação da Área Educativa

Nos últimos seis anos verificou-se uma ligeira diminuição do número de alunos neste subsistema. Em 2004/2005 inscreveram-se, no ensino secundário, nas escolas de S. João da Madeira, 1695 alunos e em 1999/2000 tinham-se inscrito 1725 alunos. Não se trata portanto de uma diminuição significativa, tanto mais que só nestes dois últimos anos lectivos se verificou um

menor número de inscrições, tendo nos primeiros quatro anos do período em análise aumentado a procura.

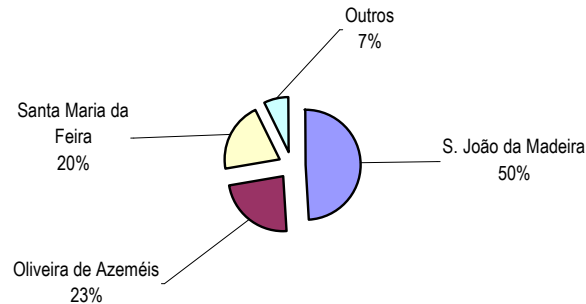
Gráfico 21
Evolução da procura do ensino secundário (regime diurno) em S. João da Madeira, entre 1999/2000 e 2004/2005



FONTES – CAE de Entre Douro e Vouga e INE – Censo 2001

A situação que se verifica no ensino básico quanto ao número de alunos que reside fora do concelho e frequenta as escolas de S. João da Madeira tem aqui, no secundário, uma expressão mais forte. De facto, metade dos alunos reside fora do concelho, em especial nos concelhos vizinhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis.

Gráfico 22
Distribuição percentual, por concelho de residência, dos alunos que frequentam o ensino secundário em S. João da Madeira, em 2004/2005



Ao contrário do que acontece no ensino básico o número de alunos que reside no concelho de Arouca já tem aqui algum significado. São referenciados como tendo residência em Arouca 40 alunos.

A distribuição dos alunos pelos diferentes cursos do ensino secundário mostra que, no ano lectivo 2004/2005, no 1º ano deste ciclo, cerca de 40% deles escolheu frequentar um curso tecnológico. Na prática, após o ensino básico, aos alunos do concelho apenas se colocam duas opções possíveis. Ou frequentar um curso tecnológico ou frequentar um curso geral, já que não existe qualquer escola profissional e o sistema de aprendizagem tem uma muito pequena dimensão.

Fruto de um elevado insucesso, que tem uma forte incidência no 10º ano, o peso de 40% dos cursos tecnológicos no 10º ano diminui drasticamente nos dois anos de escolaridade seguintes e

os alunos destes cursos apenas representam, no total de alunos, 31% no 11º ano e 23% no 12º ano.

Tabela 25
Distribuição dos alunos do 10º ano pelos diferentes cursos tecnológicos²⁰, em S. João da Madeira, em 2003/2004 e 2004/2005

Curso	2003/2004					2004/2005				
	10º	11º	12º	TOTAL	%	10º	11º	12º	TOTAL	%
Administração	55	28	16	99	18,5	59	38	25	122	22,1
Animação Social	49	34	34	117	21,9	55	33	32	120	21,8
Comunicação	28	19	21	68	12,7	0	13	16	29	5,3
Design	28	15	8	51	9,5	0	38	15	53	9,6
Desporto	0	0	0	0	-	31	0	0	31	5,6
Electrónica	31	19	29	79	14,8	41	17	14	72	13,0
Informática	57	15	30	102	19,0	45	31	19	95	17,2
Marketing	0	0	0	0	-	30	0	0	30	5,4
Serviços Comerciais	0	0	19	19	3,6	0	0	0	0	-
TOTAL	248	130	157	535	100,0	261	170	121	552	100,0

Para termos noção da importância do insucesso nos cursos tecnológicos bastará reparar que em 2003/2004 se inscreveram no 10º ano, nestes cursos, 248 alunos e que em 2004/2005 apenas estão inscritos no 11º ano 170 alunos. Mesmo que todos estes 170 alunos tenham transitado do 10º ano anterior, isto significaria que só 68,6% dos alunos do grupo inicial começaram este ano o 11º ano de escolaridade, tendo ficado pelo caminho cerca de 1/3 daqueles que o iniciaram.

Este insucesso distribui-se pelos diferentes cursos, não havendo uma incidência em nenhum deles de forma especial.

²⁰ 2004/2005 é o primeiro ano lectivo em que alguns dos cursos tecnológicos foram substituídos por outros. No caso do concelho verificou-se o desaparecimento dos cursos Tecnológico de Design, substituído por Design-Multimédia e Design de Equipamento, o Curso Tecnológico de Serviços Comerciais e o Curso Tecnológico de Comunicação, tendo surgido os Cursos Tecnológico de Desporto e Tecnológico de Marketing.

A distribuição dos alunos pelos diferentes cursos não é uniforme. Ao analisarmos a tabela 23 podemos verificar que mais de 40% dos alunos se inscreve nos cursos Tecnológico de Administração e Tecnológico de Animação Social.

Os cursos Tecnológico de Informática e Tecnológico de Electrotecnia/Electrónica depois de uma quebra no final da década de 90 apresentam em 2004-2005 uma maior procura, tendo sido frequentados, no 10º ano, por 22,7% da totalidade dos alunos do 10º ano dos cursos tecnológicos.

Nos cursos gerais a distribuição dos alunos também não é uniforme escolhendo a maior parte dos alunos o 1º curso/Científico-tecnológico. Em 2004/2005, no 10º ano, os alunos deste curso representavam 64% dos alunos inscritos neste ano de escolaridade dos cursos gerais.

Não é possível, com os dados disponíveis, comparar taxas de insucesso de um modo coerente pois os dados são apresentados de forma diferente de escola para escola. No entanto, podemos afirmar que os elementos recolhidos junto das escolas são alarmantes e que em alguns cursos, em especial no 10º ano, as taxas de insucesso se aproximam dos 50%.

Até ao ano lectivo 2005/2006, não havia, no concelho, qualquer oferta de ensino profissional, enquadrada no sistema escolar.

No ano lectivo 2005/2006 vai ser iniciado na Escola Secundária Dr. Serafim Leite um curso profissional, segundo o modelo iniciado em 1989, o Curso de Técnico de Electrónica, Automação e Comando.



No seguimento dos cursos do ensino secundário é dada a possibilidade a quem possui já o ensino secundário e uma classificação profissional de nível 3, obtida ou não através de um curso do ensino secundária que a forneça, frequentar um Curso de Especialização Tecnológica. Estes cursos que aprofundam o conhecimento de uma determinada área de formação, criando especialistas são promovidos em conjunto com instituições do ensino superior.

Promovido pela Universidade de Aveiro tem vindo a ser desenvolvido nas instalações do Centro Tecnológico do Calçado um Curso de Especialização Tecnológica, o curso de Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação. Trata-se de um curso de formação pós-secundária, incluído no modelo referido, para o desenvolvimento do qual a Universidade de Aveiro estabeleceu parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a Escola Secundária Dr. Serafim Leite, com empresas e associações empresariais e com a Câmara Municipal.

No que respeita à caracterização do pessoal docente consideramos em conjunto os professores do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, pois torna-se difícil fazer a distinção entre eles já que muitas das vezes o mesmo professor lecciona diferentes níveis.

Em S. João da Madeira prestam serviço 473 professores nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário. Ao traçarmos um perfil médio poderemos dizer que o professor de 2º e 3º ciclo e de ensino secundário pertence ao quadro da respectiva escola, tem uma idade compreendida entre os trinta e os trinta e nove anos e está há menos de cinco anos na escola onde presta serviço.



Tabela 26

Caracterização do corpo docente dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário públicos, em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005

		Nº de professores	Percentagem
Vínculo	Quadro de escola	307	64,9%
	Quadro de zona	59	12,5%
	Contrato	107	22,6%
Idade	20 a 29 anos	68	14,4%
	30 a 39 anos	191	40,4%
	40 a 49 anos	124	26,2%
	50 a 59 anos	81	17,1%
	Mais de 60 anos	9	1,9%
Entrada no estabelecimento de ensino	Há menos de 5 anos	226	47,8%
	Entre 6 e 10 anos	95	20,1%
	Entre 11 e 15 anos	41	8,7%
	Mais de 16 anos	111	23,5%

No que respeita ao pessoal não docente a prestar serviço nas escolas públicas, é em média, um pouco menos jovem que os docentes, pertence maioritariamente ao quadro da escola onde presta serviço e está ligado a ela há mais tempo que a média dos docentes. Em 2004/2005 existem 147 funcionários nas quatro escolas do concelho.

Tabela 27

**Caracterização do pessoal não docente dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário público,
em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005**

		Nº de funcionários	Percentagem
Vínculo	Quadro de escola	70	47,6%
	Contrato de provimento	62	42,2%
	Contrato a termo	15	10,2%
Idade	20 a 29 anos	24	16,3%
	30 a 39 anos	44	29,9%
	40 a 49 anos	48	32,7%
	50 a 59 anos	22	15,0%
	Mais de 60 anos	9	6,1%
Entrada no estabelecimento de ensino	Há menos de 5 anos	50	34,0%
	Entre 6 e 10 anos	44	29,9%
	Entre 11 e 15 anos	20	13,6%
	Mais de 16 anos	33	22,5%



12 – Acesso ao Ensino Superior

Se analisarmos as colocações da 1ª fase do concurso de acesso à frequência no ensino superior no ano lectivo 2005-2006, verificamos que dos 744 alunos inscritos nos exames de 12º ano em Junho de 2005, nas quatro escolas de S. João da Madeira, e que correspondiam à quarta parte de todos os inscritos nos concelhos que integram o Entre Douro e Vouga, 660 manifestavam a intenção de concorrer ao ensino superior.

Tabela 28

Concurso de acesso ao ensino superior (1ª fase) no final de 2004/2005

	Inscritos em exame do 12º ano	Manifestaram intenção de concorrer	Concorreram ao concurso	Colocados na 1ª fase	Colocados num curso universitário	Colocados num curso politécnico
ES João da Silva Correia	115	109	50	42	29	13
ES Oliveira Júnior	253	211	84	68	38	30
ES Serafim Leite	356	320	93	82	45	37
Centro de Educação Integral	20	20	11	10	7	3
S. João da Madeira	744	660	238	202	119	83
Entre Douro e Vouga	3 032	2 614	922	755	442	313

FONTE – Escolas Secundárias do Entre Douro e Vouga

Podemos daqui concluir que a esmagadora maioria dos alunos que conclui o ensino secundário tem como finalidade continuar estudos no ensino superior. A sua percentagem, cuja média concelhia é de 89%, atinge os valores mais elevados no Centro de Educação Integral (100%) e na Escola Secundária João da Silva Correia (95%), pese embora o facto de no primeiro caso o número de alunos não ser muito elevado.

A disposição para se apresentar a concurso apenas foi concretizada, na 1ª fase, por 238 alunos, cerca de 38% dos que tinham manifestado inicialmente essa vontade. Será de salientar que a percentagem de alunos que se apresentou ao concurso nas diferentes escolas do Entre Douro e Vouga foi ainda mais baixa, 35%.

Esta demissão relativamente ao concurso fica a dever-se, principalmente, ao insucesso nos exames do 12º ano que impossibilitou a maior parte dos alunos de ter condições para concorrer nesta fase. Recorde-se que para concorrer ao concurso de acesso ao ensino superior não é suficiente ter concluído o ensino secundário mas é preciso, cumulativamente, ter obtido uma classificação superior a 9,5 valores nas disciplinas específicas para cada curso pretendido.

A esmagadora maioria dos jovens, alunos em S. João da Madeira, que se apresentaram a concurso foram colocados (85%), sendo as maiores percentagens atingidas na Escola Secundária Dr. Serafim Leite (88%) e no Centro de Educação Integral (91%). Mais de metade dos alunos colocados (58,9%), obtiveram lugar em cursos universitários.

Tabela 29
Colocação dos alunos por Universidades, no concurso de 2004/2005

Universidades	Nº de alunos colocados
Porto	32
Aveiro	30
Coimbra	26
Lisboa	9
Trás-os-Montes	7
Évora	6
Minho	5
Beira Interior	3
Algarve	1
TOTAL	119



Tabela 30

Colocação dos Alunos por Instituto Politécnico, no concurso 2004/2005

Politécnicos	Nº de alunos colocados
Porto	26
Coimbra	15
Aveiro	13
Leiria	8
Castelo Branco	7
Viseu	7
Guarda	3
Bragança	2
Santarém	1
Tomar	1
TOTAL	83

FONTE – Escolas Secundárias

Mais de metade dos jovens de S. João da Madeira conseguiram colocação nas suas duas primeiras opções, 46% dos quais na primeira opção.

Tabela 31

Colocação dos alunos no concurso de ingresso no ensino superior, segundo a opção

Opção	Nº de alunos	%
1ª Opção	93	46,0
2ª Opção	43	21,3
3ª Opção	20	9,9
4ª Opção	16	7,9
5ª Opção	12	6,0
6ª Opção	18	8,9
TOTAL	202	100,0%

FONTE – Escolas Secundárias

Tabela 32

Colocação por curso, no ingresso no ensino superior para 2005/2006

Cursos	Colocados
Enfermagem	12
Biologia	11
Economia	11
Ciências Farmacêuticas	7
Arquitectura	6
Direito	5
Engenharia Química	5
Psicologia	5
Bioquímica	4
Medicina	4
Fisioterapia	4
Outros cursos do ensino universitário	61
Outros cursos do ensino politécnico	67

FONTE – Escolas Secundárias

Os cursos onde se verificaram o maior número de colocações foram Enfermagem, Biologia e Economia.

É interessante verificar o que parece ser uma especialização de cada uma das escolas secundárias da cidade. Cada uma das escolas viu os seus alunos serem colocados em maior número em alguns cursos. Por exemplo, dez dos doze alunos de S. João da Madeira colocados nos cursos de Enfermagem e sete dos alunos de Biologia pertencem à Escola Secundária Oliveira Júnior, sete dos onze colocados em Economia estudaram na Escola Secundária Serafim Leite, três dos sete colocados em Ciências Farmacêuticas frequentaram o Centro de Educação Integral e os quatro alunos colocados em Medicina a Escola Secundária João Silva Correia.



Se aglutinarmos os diferentes cursos por áreas de formação verificamos que as áreas mais preenchidas foram Saúde com 40 alunos colocados, Biologia/Química com 25 alunos, Economia e Gestão com 19 alunos, Arquitectura/C. Civil com 13 alunos, Electrotecnia/Informática com 12 alunos e finalmente duas outras áreas com 11 alunos cada uma, Comunicação e Educação.

Os alunos com colocação nestas áreas correspondem a 65% do total dos alunos que ingressaram no ensino superior nesta fase.



13 - Ensino Recorrente

O ensino recorrente, funcionando em regime nocturno, apresenta-se como uma segunda oportunidade para aqueles que não concluíram ou o ensino básico, ou o ensino secundário, na idade considerada normal para o efeito.

No que respeita ao 2º ciclo do ensino básico (5º e 6º anos), a funcionar em regime nocturno na EB 2,3 de S. João da Madeira, estavam inscritos, em 2004/2005, 23 alunos.

No 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário recorrente que, à semelhança do ensino secundário regular, foi alvo de uma reestruturação com expressão pela primeira vez no ano lectivo de 2004/2005, a sua frequência é possível em duas escolas, uma pública e uma privada, respectivamente a Escola Secundária Dr. Serafim Leite e o Externato D. Dinis.

Na Escola Secundária Dr. Serafim Leite estavam inscritos, em 2004/2005, 120 alunos do 3º ciclo em regime nocturno presencial para além de 31 alunos em regime não presencial. Por sua vez o Externato D. Dinis apenas possuía inscritos 11 alunos do 3º ciclo.

No ensino secundário na Escola Dr. Serafim Leite existem em confronto vários sistemas que podem assumir duas formas diferentes: presencial ou não presencial. Existem algumas turmas que funcionam em regime de Unidades Capitalizáveis, regime que se encontra a ser substituído por um sistema de módulos, iniciado este ano.



No sistema presencial o aluno é obrigado a estar presente nas aulas e para a avaliação dos módulos é considerada a sua participação durante as aulas. No segundo sistema o aluno realiza exames dos diferentes módulos em datas previamente marcadas, dependendo a sua progressão exclusivamente dos resultados destas provas.

Tabela 33

Distribuição dos alunos por curso que frequentam, em regime nocturno em 2004/2005, na Escola Secundária Dr. Serafim Leite, por cursos

		Cursos	Nº de alunos
Regime presencial	Unidades capitalizáveis (Secundário)	3º Ciclo	120
		Curso Geral	254
		Técnico de Secretariado	53
		Técnico de Informática	56
		Técnico de Electrotecnia/Electrónica	31
		Técnico de Design	18
	Módulos (Secundário)	Tecnológico de Acção Social	19
		Tecnológico de Administração	12
		Tecnológico de Informática	13
Regime não presencial	3º Ciclo	31	
	Unidades capitalizáveis	135	
	Módulos	54	
TOTAL			796

Na Escola Secundária Dr. Serafim Leite existiam, em 2004/2005, 412 alunos matriculados no sistema de unidades capitalizáveis, divididos por diferentes cursos, mais de 50% dos quais se

encontrava a frequentar os cursos gerais, isto é, cursos que não atribuem qualquer certificação profissional.

Para além daqueles, estavam matriculados 264 alunos no sistema de módulos, dos quais apenas 44 no sistema presencial. Esta desigualdade de opção deve-se, na opinião de muitos dos intervenientes directos no processo, à elevada carga horária a que os alunos se sujeitam durante o ano lectivo.

No Externato D. Dinis, frequentam o ensino secundário recorrente 75 alunos.



14 – Ensino Especial

De modo a permitir a inclusão de todos os jovens no ensino não superior são facultados apoios educativos especiais a todos os aqueles que deles carecem para obterem sucesso educativo. Estes apoios desenvolvem-se com base na articulação de recursos e das actividades de apoio especializado existentes nas escolas.

A prestação de apoios educativos visa, no quadro legal vigente:

- Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todas as crianças, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global;
- Promover a existência de condições nas escolas para a integração sócio-educativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
- Colaborar na promoção da qualidade educativa, nomeadamente nos domínios relativos à orientação educativa, à interculturalidade, à saúde escolar e à melhoria do ambiente educativo;
- Articular as respostas às necessidades educativas com os recursos existentes noutras estruturas e serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, da segurança social, da qualificação profissional e do emprego, das autarquias e de entidades particulares e não governamentais.

Em S. João da Madeira existem núcleos de professores de ensino especial de apoio a crianças e jovens com graves problemas cognitivos, com graves problemas motores, com graves perturbações da personalidade ou da conduta com multidificiência e para o apoio em intervenção precoce na infância no Agrupamento Horizontal (3 professores de pré-escolar e 3 do 1º ciclo do ensino básico), na EB 2,3 de S. João da Madeira (2 professores para o pré-escolar, 3 para o 1º

ciclo do ensino básico e 1 para os 2º e 3º ciclos), na Escola Secundária com 3º ciclo João da Silva Correia (1 professor) e na Escola Secundária com 3º ciclo Oliveira Júnior (1 professor).

Existem ainda na Escola Secundárias com 3º ciclo Serafim Leite e na EB 2,3 de S. João da Madeira, professores de apoio educativo a crianças e jovens com cegueira, um em cada uma das escolas.



15 - Outros centros escolares e de formação

Dentro da oferta educativa de S. João da Madeira, mas fora do sistema regular, deve salientar-se a formação artística na qual ocupa um papel central a Associação Cultural Alão de Morais, na qual estão integrados, como departamentos, para além do Instituto de Línguas, a Academia de Música e o Centro de Arte de S. João da Madeira.

Por outro lado, conforme já foi referido, não existe em S. João da Madeira qualquer escola profissional. Aliás, em toda a NUT III do Entre Douro e Vouga apenas existe uma escola profissional em Paços de Brandão, no concelho de Santa Maria da Feira. No entanto, no que respeita à formação profissional, para além dos cursos tecnológicos leccionados em todas as escolas secundárias, existem dois centros de formação, onde é possível aos jovens obter uma qualificação profissional: o Centro Tecnológico do Calçado e o Centro de Formação da Indústria de Calçado.

15.1 – Academia de Música de S. João da Madeira

A Academia de Música de S. João da Madeira nasceu em Outubro de 1981 e funciona em regime de paralelismo pedagógico, pelo que os seus certificados são equivalentes aos conferidos pelas escolas do Estado.

Para além da formação de alunos que seguem classes próprias ao longo do ano lectivo é de referir o papel que a Academia tem desempenhado no desenvolvimento do meio artístico do concelho através dos inúmeros concertos que oferece à população.

Em 2004/2005 estão inscritos 122 alunos, 12 dos quais em iniciação. Dos 110 restantes, todos num sistema de aprendizagem supletiva, 90 encontram-se a frequentar um curso básico e 20 a frequentar um curso secundário.

15.2 – Centro de Arte de S. João da Madeira

O Centro de Arte de S. João da Madeira desenvolve a sua actividade de apoio à formação nas escolas do ensino regular para além do curso específico de Desenho que tem por objectivo criar as condições que facilitem o acesso ao Ensino Superior Artístico.

Dentro da actividade normal do Centro de Arte refira-se de modo especial o trabalho desenvolvido na organização de exposições que visam especialmente as escolas dos diferentes níveis de ensino do concelho, para além de apoio, particularmente intenso, que lhes tem sido dado na área da fotografia.



15.3 – Instituto de Línguas

O terceiro departamento da Associação Cultural Alão de Morais, o Instituto de Línguas, desenvolve a sua actividade, em dois eixos principais, desde há quarenta anos: a actividade lectiva e a actividade cultural.

Dentro da actividade lectiva estão incluídos os Cursos de Língua Francesa, Inglesa e Alemã e, mais recentemente, o Curso de Língua Portuguesa para estrangeiros (nível elementar). Estes cursos são acompanhados pelas entidades oficiais que os reconhecem. Estas entidades são a Alliance Française para os cursos de francês, o British Council para os cursos de inglês e o Goethe Institut para os cursos de alemão.

Os cursos têm duração variável. Três anos para o Curso de Alemão (níveis elementar e intermédio), seis anos para o Curso de Língua francesa (níveis elementar e intermédio) e dez anos para o Curso de Língua Inglesa (elementar, intermédio e avançado).

A acção do Instituto de Línguas, sendo independente da actividade lectiva que os alunos desenvolvem no respectivo ano de escolaridade regular, tem, no entanto, um papel complementar importante, nomeadamente porque permite colmatar lacunas que existam na aprendizagem das línguas.

Por outro lado o Instituto de Línguas disponibiliza os seus meios, nomeadamente a sua biblioteca e os seus contactos nos diferentes países, a todos os que a ele acorrem.



15.4 – Centro Tecnológico do Calçado

O Centro Tecnológico do Calçado foi constituído em 1986 e tem como um dos seus objectivos centrais a preparação da formação técnica e tecnológica dos recursos humanos das empresas do sector do calçado e afins.

Possuindo recursos de elevada qualidade, tem como público-alvo central os activos dos sectores do calçado marroquinaria, componentes e das indústrias que englobam o “cluster” do calçado.

É nas instalações do Centro Tecnológico do Calçado que têm decorrido os Cursos Tecnológicos promovidos pela Universidade de Aveiro.

15.5 – Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado

O Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (CFPIC) nasceu de um protocolo celebrado em Dezembro de 1965 entre a Direcção Geral do Desenvolvimento da Mão do Obra, do Ministério do Trabalho, o Grémio Nacional dos Industriais do Calçado e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Operários da Indústria do Calçado. Este protocolo foi mais tarde revisto com um acordo entre o Instituto de Emprego e Formação profissional, a Associação Portuguesa dos Industriais do Calçado Artigos de Pele e seus Sucedâneos tendo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado, Malas e Afins vindo a aderir em Fevereiro de 1984.

O primeiro objectivo do CFPIC foi responder com soluções formativa às principais carências da indústria em termos de formação profissional.

16 - Projectos promovidos pelo Município

A importância dada pelo Município à educação, tem uma tradução prática e visível, no largo conjunto de projectos que promove, para além dos apoios pontuais que concede às escolas.

Para além disso, através da Divisão de Acção Social apoia mais de 300 crianças cujas famílias possuem uma estrutura económica débil.

16.1 - Bolsas de Estudo para estudantes do ensino superior residentes em S. João da Madeira

A Câmara Municipal procede à atribuição de bolsas de estudo a jovens estudantes do ensino superior residentes no Concelho de S. João da Madeira, tendo por objectivo a comparticipação nos encargos com a sua frequência, sendo abrangidos pelo regulamento das bolsas todos os estudantes que estejam matriculados ou pretendam matricular-se em estabelecimentos de ensino superior.

Só podem concorrer à atribuição de bolsas de estudo os estudantes que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Residir no Concelho há três ou mais anos;
- Não ter reprovado nos últimos três anos lectivos, salvo por motivo de doença prolongada ou situação análoga, devidamente comprovada;
- Não serem detentores de qualquer licenciatura ou bacharelato ou curso equivalente;

- Requerimento prévio de bolsa de estudo junto dos Serviços de Acção Social da Instituição em que se encontram ou pretendam estar matriculados;
- Rendimento máximo mensal *per capita* do agregado familiar não superior aos valores do Salário Mínimo Nacional;
- Ter média de aproveitamento escolar igual ou superior a 12 valores, no ano lectivo imediatamente anterior à candidatura.

O número de novas bolsas de estudo a atribuir anualmente será de 10 até máximo absoluto de 40 e o valor da bolsa mensal de referência para cada ano lectivo será igual ao Salário Mínimo Nacional em vigor no início do mesmo.

16.2 - Crescer a Brincar – Investir nas Gerações

O projecto “Crescer a Brincar – Investir nas Gerações”, tem por objectivo ajudar as crianças do 1º Ciclo a desenvolverem diversas competências, tais como a capacidade de tomar decisões ou de gerir emoções negativas, prevenindo simultaneamente o aparecimento de comportamentos disruptivos.

Este projecto surge da colaboração com a Universidade do Minho – Instituto de Psicologia e o Núcleo Distrital de Braga do IDT. Trata-se de um trabalho de quatro anos, junto de todas as escolas de Ensino Básico do Concelho, envolvendo as 9 escolas da rede pública e uma privada. O objectivo principal é integrar o processo de prevenção e promoção do ajustamento psicológico no dia-a-dia das crianças, nas actividades escolares e na família, envolvendo os agentes



educativos (pais e professores), proporcionando às crianças competências que lhes permitam gerir adaptativamente o seu mundo interno em cada etapa do seu desenvolvimento.

O Projecto tem vindo a ser testado e todos os estudos apontam para resultados muito positivos, tais como, diminuição da sintomatologia depressiva, aumento dos índices de auto-conceito e auto-estima, aumento da resistência à pressão dos pares e aumento da assertividade e das competências sociais.

16.3 - Desporto Escolar

A Expressão e Educação Físico-Motora é uma área curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico e como tal não pode ser encarada como "um complemento curricular", uma "ocupação dos tempos livres" ou uma "fonte de talentos desportivos". É esta área curricular que permite aos alunos realizar aquisições e aprendizagens com gosto e prazer, onde serão capazes de desenvolver capacidades, hábitos, atitudes e valores, através da apropriação de uma cultura motora.

Para o efeito, a Câmara Municipal contrata um conjunto de professores Licenciados em Educação Física que, em colaboração com o professor da turma (regime de partilha), lhes proporciona o cumprimento do respectivo Programa Oficial em todos os blocos previstos, à excepção do bloco de natação, que é só leccionado a alunos do 1º e 2º anos. Os blocos leccionados são: Perícia e Manipulação (1º e 2º Ano); Deslocamentos e Equilíbrios (1º e 2º Ano); Ginástica (3º e 4º Ano); Jogos (1º,2º,3º e 4º Anos); Patinagem (3º e 4º Ano); Actividades Rítmicas Expressivas (1º,2º,3º e 4º Anos); Percursos na Natureza (1º,2º,3º e 4º Anos).



16.4 - Educação Ambiental – Agenda 21 Escolar

O projecto Agenda 21 Local engloba a Agenda 21 Escolar e ambos têm como objectivo desenvolver a cidade de uma forma sustentável, tanto a nível das escolas como da população em geral.

Neste âmbito desenvolveram-se vários projectos, com o objectivo de proporcionar a todos os alunos e habitantes de S. João da Madeira um maior conhecimento dos aspectos ambientais e da protecção do ambiente.

A Agenda 21 Escolar desenvolveu os seguintes projectos:

- Compostagem Doméstica e Hortas Biológicas;
- Consumo Sustentável;
- Três Gerações, Três Visões;
- Agenda 21 Escolar;
- Água e Ecossistemas Ribeirinhos;
- Ecodesign;
- Energia e Transportes;
- Resíduos.

16.5 - Educação Musical no 1º Ciclo

A Câmara Municipal de S. João da Madeira promove aulas de Educação Musical nas Escolas Básicas do 1º Ciclo de S. João da Madeira.

Na definição das competências gerais para o 1º Ciclo procura-se dar ênfase à valorização do desempenho do aluno no processo ensino-aprendizagem, tendo em conta três domínios fundamentais: domínio dos conhecimentos (conceptual), domínio das habilidades e destrezas e domínio das atitudes e estética.

Estes domínios contemplam o desenvolvimento gradual e sistemático das potencialidades auditivas, rítmicas, expressivas, criativas e interpretativas, ao mesmo tempo que permitem à criança expressar toda a diversidade e riqueza do seu mundo interior e uma melhor integração social.

16.6 - Formação parental e interacção pais-escola

O grupo de trabalho da Rede Social ligado à formação parental e interacção pais-escola, cujas entidades promotoras são a Câmara Municipal de S. João da Madeira e a Associação de Apoio à Educação, tendo como parceiros a Segurança Social, os Agrupamentos (Horizontal e Vertical) de Escolas e Jardins-de-infância de S. João da Madeira, a Escola de Pais Nacional e o Representante dos Professores do Ensino Secundário no Conselho Municipal de Educação, levou a cabo o projecto de marcadores de livros “Família Gira”.

Em cada marcador de livro foi representada a mesma família, através de uma banda desenhada, tendo sido explorados valores relativos à família e às dificuldades com que ela se depara. Os temas abordados são: “Apresentação da Família Gira”; “Convívio, Diálogo e Alegria”; “Alegria de Retomar o Trabalho/Prazer de Viver a Aprender”; “Acolhimento e Aceitação – Solidariedade”; “A Família Abre-se aos Outros” e “Que Bom Viver em Família”.

Após a organização da Semana da Família, este grupo de trabalho encontra-se a preparar a divulgação e a realização das sessões de formação parental, uma vez que a família constitui a primeira instância de socialização e de prevenção, tendo por isso um papel fundamental na comunidade. As sessões serão promovidas pela Escola de Pais Nacional, Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, com o objectivo principal de ajudar a Família a reencontrar o verdadeiro e justo significado de si própria, levando os pais a assumirem responsabilmente a sua paternidade, num mundo em constante mudança.

Os objectivos da formação parental são:

- Promover a partilha de experiências e dúvidas entre os intervenientes;
- Melhorar o nível de informação dos pais;
- Fortalecer as competências parentais;
- Melhorar a percepção do funcionamento familiar e do suporte social;
- Melhorar as práticas de comunicação entre pais e filhos;
- Promover o desenvolvimento pessoal;
- Aumentar a responsabilização parental.

16.7 - Internet nas escolas

As escolas do 1º Ciclo do Concelho estão equipadas com um computador por sala e Internet. O Projecto NetEscolas da Universidade de Aveiro prevê o desenvolvimento de actividades no âmbito da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas do 1º Ciclo. Estas actividades terão uma dupla vertente:

- Formação dos alunos, levada a cabo por um monitor externo, destinada a desenvolver competências ao nível da utilização de meios informáticos, nomeadamente no que diz respeito à navegação na Internet, utilização de correio electrónico, processamento de texto e manipulação de programas de desenho;
- Acompanhamento e apoio de actividades didácticas onde esteja prevista a utilização das TIC, levadas a cabo pelo respectivo professor da turma.

Os equipamentos a utilizar para o desenvolvimento do presente projecto, são aqueles que existem em cada escola do 1º Ciclo.

16.8 - MAD SCIENCE – ensino experimental das ciências para crianças do ensino pré-escolar e 1º ciclo do Município de S. João da Madeira

Mad Science – Aveiro, Ensino Experimental das Ciências para Crianças do Ensino Pré-escolar e 1º Ciclo, desenvolve um conjunto de acções que visam proporcionar às crianças experiências diversificadas interactivas, de forma a desenvolver o seu interesse pela descoberta e aplicação

do método científico, pela observação cuidada, manipulação de instrumentos, reflexão e espírito crítico, confronto de perspectivas em grupo, registo de processos e conclusões.

Pretende-se com as mesmas desenvolver a predisposição para a aprendizagem activa, motivação para o conhecimento e compreensão da ciência e dos seus processos, bem como adquirir conceitos científicos, de forma activa.



17 – Diagnóstico Síntese

Ao analisarmos a situação educativa do concelho de São João da Madeira temos que ter em atenção que algumas particularidades o distinguem, de forma significativa, do resto do país.

Ao contrário da maior parte dos concelhos portugueses, S. João da Madeira tem uma grande percentagem dos seus alunos a residir em concelhos vizinhos. Isto acontece porque a sua população flutuante tem uma dimensão significativa face à população residente. Este facto não implica a existência de rede de transportes escolar, tal como se encontra determinada na legislação.

Sem exagero, a uma escala reduzida, São João da Madeira está para os concelhos seus vizinhos, como o Porto estará para a sua área metropolitana. Funciona como o centro de uma grande região, pólo de atracção para uma parte importante de população que, desenvolvendo no concelho o seu trabalho do dia a dia, para lá se desloca no princípio da jornada diária e dele sai no fim da mesma. E neste movimento traz consigo os seus filhos aproveitando assim as boas condições que existem no concelho para desenvolver a educação e a formação.

Uma segunda particularidade prende-se com a dimensão do concelho. Estamos perante um concelho constituído por uma só freguesia e uma só cidade. Não existe população residente rural.

Finalmente uma terceira particularidade prende-se com o facto de no limite do concelho se situarem pólos populacionais importantes que fazem parte dos concelhos vizinhos. Referimo-nos



de modo especial a S. Roque e a Vila de Cucujães no concelho de Oliveira de Azeméis e Arrifana no concelho de Santa Maria da Feira.

Esta proximidade acarreta que as próprias fronteiras do concelho se diluam mais facilmente e se interpenetrem territórios.

É tendo em atenção este contexto que teremos de fazer a observação da situação educacional de S. João da Madeira e ler os seus principais indicadores.

No aspecto educacional o concelho apresenta uma situação mais favorável do que os restantes concelhos do Entre Douro e Vouga.

A taxa de analfabetismo é consideravelmente inferior à média da NUT III e à média do País. Em 2001, segundo o censo à população, esta taxa era no concelho de 4,8%, sendo a do Entre Douro e Vouga igual a 7,3% e a média do País igual a 9,0%.

No subsistema pré-escolar, as taxas de pré-escolarização calculadas directamente através dos dados obtidos nas escolas, pela razão entre as crianças que frequentam os diferentes jardins-de-infância e a população residente com idade correspondente, isto é entre os 3 e 5 anos, são extremamente elevadas, ultrapassando, em 2004-2005, os 125%. Segundo o censo de 2001 esta taxa situava-se para a população do concelho em 65,5%, e o valor atrás apontado é conseguido pelo facto de, como vimos, uma parte considerável das crianças que frequentam os jardins-de-infância de S. João da Madeira residirem noutros concelhos.



Para termos uma medida deste fenómeno foi estudada mais detalhadamente a situação dos jardins-de-infância do Agrupamento Horizontal de Escolas de S. João da Madeira verificando-se que 22% das crianças que frequentaram, em 2004-2005, os cinco jardins-de-infância que compõem este agrupamento não residiam no concelho.

E se isto acontece nos estabelecimentos de ensino público, nas IPSS e nos outros jardins-de-infância privados ainda será maior a percentagem de crianças que frequentando o pré-escolar em S. João da Madeira residem nos concelhos periféricos.

Apesar da elevada taxa de pré-escolarização, existiram ainda em 2004-2005 listas de espera em dois jardins-de-infância

À boa situação existente no pré-escolar acrescenta-se, como ponto forte, a baixa taxa de abandono escolar no ensino básico, especialmente quando comparada com as outras unidades territoriais em que se insere o concelho.

No censo de 2001, S. João da Madeira apresentava uma taxa de abandono de 1,3%, substancialmente inferior às médias do Entre Douro e Vouga e de Portugal, respectivamente 2,6% e 2,7%.

No entanto, esta mais baixa taxa de abandono não é acompanhada por uma mais baixa taxa de saída antecipada. Pelo menos quando a comparamos com a média nacional. De facto a taxa de saída antecipada atingia os 24,8% em S. João da Madeira contra os 24,6% da média nacional, enquanto o seu valor médio no Entre Douro e Vouga, com um valor ainda mais alto, atingia 33,5%.



Significa isto dizer que apesar de se manterem na escola até aos 15 anos de idade, um em cada quatro sanjoanenses não termina o 9º ano de escolaridade.

Temos aqui, portanto, um problema de insucesso que vindo a assumir uma maior importância no ensino secundário, tem já no ensino básico uma expressão significativa. Segundo os dados do Ministério da Educação²¹ a taxa de insucesso no ensino básico era de 12,1% em 2001.

Um levantamento de dados realizado junto das escolas permite afirmar, que no 1º ciclo do ensino básico, em 2003-2004 a taxa de insucesso médio foi de 4,3%.

De qualquer modo esta taxa carece de uma leitura cuidada já que pode corresponder a uma situação de insucesso com uma incidência real superior. Para ter uma imagem mais fiável sobre a eficácia do ciclo há necessidade de determinar qual o número de crianças que consegue concluir o primeiro ciclo nos quatro anos que o compõem.

Se o insucesso é significativo no primeiro ciclo ele vai aumentando à medida que se progride nos 2º e 3º ciclos. Segundo os dados recolhidos directamente junto das escolas, em 2003/2004 atingiu 5,1% no 2º ciclo e 12,5% no 3º ciclo. E também aqui, tal como no primeiro ciclo, estes valores não reflectem directamente as consequências do insucesso que têm uma expressão mais evidente nos 24,8% de taxa de saída antecipada em S. João da Madeira apontado pelo Ministério da Educação.

²¹ Publicados na Internet, no “site” do Ministério da Educação



No ensino secundário são mais claros ainda alguns dos aspectos caracterizadores que atrás se apontaram para o ensino básico.

Em primeiro lugar, um em cada dois alunos que frequentam as diferentes escolas com ensino secundário reside fora do concelho.

Em segundo lugar, a percentagem de habitantes que não termina o ensino secundário é ainda muito elevada, sendo, também aqui a situação equivalente à média nacional. A taxa de saída precoce, que nos permite ter uma imagem da população que não termina o ensino secundário, é em S. João da Madeira 45,8%.

Para este valor contribuem vários problemas por diversas vezes identificados em estudos sobre a situação do ensino de nível secundário a nível nacional. Tratam-se, na sua maioria, de questões que se prendem com a organização do sistema educativo a nível nacional, mas dada a possibilidade de serem minoradas as suas consequências, a nível local, importa aqui considerar.

Existe uma desadequação entre os percursos formativos oferecidos no ensino secundário e os interesses dos jovens que os procuram. Este facto é bem patente pela elevada taxa de abandono que ocorre logo no 10º ano e que resulta de muitos dos alunos verem goradas as expectativas que possuíam relativamente aos cursos que escolheram.

Os cursos tecnológicos que se desenvolvem nas escolas secundárias seguem a matriz dos cursos que têm como finalidade o prosseguimento de estudos no ensino superior. Goram-se assim as expectativas de muitos daqueles que procuram uma formação que os prepare mais rapidamente para entrar no mundo do trabalho.



Mas não é só o desenvolvimento curricular que privilegia o ensino superior. Toda a organização do sistema educativo neste nível de ensino está dirigida nesse sentido. Basta observar que os indicadores mais divulgados, pelo Ministério da Educação, do êxito ou inêxito de uma escola, são os seus resultados nos exames de nível nacional que têm como preocupação prática central a ordenação dos candidatos ao acesso ao ensino superior.

Acresce que a montante esta sobrevalorização do ensino superior tem também consequências traduzindo-se na identificação das formações profissionalizantes como segundas escolhas construídas grande parte das vezes sobre o insucesso escolar. A debilidade do sistema de informação e orientação vocacional, que tem como consequência escolhas inadequadas de trajectos formativos e a desvalorização social das vias formativas profissionalizantes contribuem para explicar a maior incidência dos elevados índices de abandono e insucesso nos cursos tecnológicos.

Fora deste quadro escolar “regular” as outras ofertas formativas são muito débeis e não conseguem responder de modo satisfatório às necessidades do concelho. Refira-se, por exemplo, que o sistema de aprendizagem em toda a área do Centro de Emprego de S. João da Madeira, que cobre todo o Entre Douro e Vouga, era frequentado em 2004 apenas por 240 formandos menos de metade dos existentes no ano 2000.

Este quadro escolar, com todas as dificuldades apontadas, é acompanhado por fortes potencialidades de desenvolvimento.



As intervenções que têm ocorrido nas diferentes escolas de 1º ciclo e jardins-de-infância têm criado as condições para o desenvolvimento de um ensino elevada qualidade.

Por outro lado, S. João da Madeira possui fortes estruturas de formação artística (Academia de Música e Centro de Arte) e de formação profissional (Centro Tecnológico do Calçado e Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado), para além de um conjunto de equipamentos culturais que podem ser aproveitadas para um forte salto no desenvolvimento da qualidade educativa e formativa do concelho e da sua população.

Em resumo, poderemos apontar como pontos fortes da situação educacional em S. João da Madeira:

- Melhores indicadores globais dentro da região do Entre Douro e Vouga
- Elevada taxa de cobertura no pré-escolar
- Existência de equipamentos educativos de qualidade
- Envolvimento das autoridades locais no apoio ao desenvolvimento dos projectos educativos das escolas dos diferentes níveis
- Existência de equipamentos culturais de qualidade

Como pontos fracos e conseqüentemente como aspectos que poderão prioritariamente ser melhorados:

- Existência de listas de espera no pré-escolar
- Existência de turma a funcionar em regime de desdobramento de horário;
- Elevada taxa de insucesso escolar, nomeadamente no ensino secundário e em especial nos cursos tecnológicos;
- Fraca oferta de formação profissionalizante.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">- Melhores indicadores educacionais globais dentro da região do Entre Douro e Vouga;- Elevada taxa de cobertura no pré-escolar;- Existência de equipamentos educativos de qualidade;- Existência de Cantinas e de Actividades de tempos livres nos estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1º ciclo;- Forte envolvimento das autoridades locais no apoio ao desenvolvimento dos projectos educativos das escolas dos diferentes níveis de ensino;- Existência de um conjunto significativo de equipamentos culturais de qualidade.	<ul style="list-style-type: none">- Existência de lista de espera no pré-escolar;- Existência de turmas do 1º ciclo a funcionar em regime de desdobramento de horário;- Elevada taxa de insucesso escolar, nomeadamente no ensino secundário e em especial nos cursos tecnológicos;- Fraca oferta de formação profissionalizante;- Desarticulação dos programas e projectos educativos realizados a nível concelhio
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">- Dimensão geográfica reduzida do concelho facilitando a articulação entre actores educativos;- Atractividade do concelho relativamente aos concelhos vizinhos, correspondendo a um elevado crescimento da população que nele trabalha relativamente à população residente;- Condições para que a comunidade educativa adira aos projectos educativos animados pela Câmara Municipal;- Necessidade de aumento de qualificação profissional do tecido produtivo.	<ul style="list-style-type: none">- Envelhecimento global da população;- Deslocalização de empresas face à globalização económica.



18 - Projecção da população escolar para o futuro próximo

No cenário que desenvolvemos, tendo em vista realizar uma projecção para o futuro próximo até 2011, ano em que se verificará um novo recenseamento e portanto haverá um cenário mais exacto e a possibilidade de perspectivar uma nova etapa, consideramos a natalidade no concelho constante, com o valor apontado pelo último censo, e uma contribuição do crescimento populacional migratório semelhante ao definido pela observação do último período de 10 anos, terminado em 2001.

A população residente, com idades entre os 3 e os 5 anos de idade, no período para o qual pretendemos obter a projecção, não deverá sofrer variações significativas. Assim, a perspectiva, até 2011, é a de manutenção desta faixa populacional ou de um ligeiro decréscimo (-1,5%).

No entanto, será de considerar que a evolução da população do pré-escolar em S. João da Madeira dependerá da quantidade de crianças que se continuarem a deslocar dos concelhos vizinhos e portanto estará dependente de variados factores nomeadamente das condições oferecidas nos seus concelhos de residência e até da evolução do emprego no concelho.

Se considerarmos como correcta que, conforme afirmamos no capítulo anterior, a taxa de pré-escolarização real em S. João da Madeira estará próxima dos 100%, então nos próximos anos a população escolar neste subsistema do sistema educativo não terá tendência a aumentar.

No 1º ciclo do ensino básico as razões atrás apontadas para o pré-escolar mantêm-se válidas e a população escolar residente não deverá sofrer uma variação superior a 2%, até 2010/2011.

Nos 2º e 3º ciclos será de prever um ligeiro aumento da população escolar no 2º ciclo (cerca de 10%) e a manutenção no 3º ciclo desde que se mantenham as actuais taxas de insucesso. Como se pretende que a taxa de insucesso diminua não será também de prever um aumento da população estudante no conjunto de todo o ensino básico.

No que respeita ao secundário o desafio de previsão é maior. Se por um lado se deverá procurar aumentar a taxa de escolarização no nível secundário de ensino e formação o que trará um maior número de alunos a este nível de ensino, a população da faixa etária entre os 15 e 17 anos deverá sofrer uma diminuição de cerca de 11%. Assim, a variação do número de alunos no ensino secundário no concelho de S. João da Madeira, irá depender da continuação da existência de uma elevada percentagem de alunos residentes noutros concelhos e da capacidade de diminuir a taxa de insucesso deste ciclo de estudos.

Tabela 34

Previsão do número de crianças no pré-escolar e de alunos nos ensinos básico e secundário em 2011, em S. João da Madeira

Pré-escolar	1º ciclo	2º/3º ciclos	Secundário
905	1470	1920	1 700



19 – Medidas a tomar

Realizado o diagnóstico da situação educacional do concelho, importa agora enunciar um conjunto de medidas, para serem implementadas a curto prazo, tendo em vista a melhoria do desempenho do sistema educativo em S. João da Madeira. Para isso consideramos cinco direcções principais de actuação, todas elas procurando contribuir para o aumento da qualidade da educação e consequentemente para uma maior da eficácia do trabalho de todos os envolvidos.

Os cinco eixos são:

- 1 – Dinamização de um Projecto Educativo de Cidade;
- 2 – Aumento da oferta da Educação Pré-escolar;
- 3 – Funcionamento em regime normal de todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- 4 – Promoção da Qualidade Educativa e de Formação;
- 5 – Dinamização do Ensino Profissional.

19.1 – Dinamização de um Projecto Educativo de Cidade

Medidas concretas

- *Elaboração de um Projecto Educativo para S. João da Madeira*
- *Criação de um Gabinete Coordenador do Projecto Educativo de Cidade*

Muitas são as entidades que, no município de S. João da Madeira, desenvolvem programas e actividades de cariz educativo. Para além das escolas de ensino regular, podemos referir, entre outras, a Divisão da Acção Social da Câmara Municipal, o Museu da Chapelaria, a Polícia de Segurança Pública, a Biblioteca Municipal, o Espaço Internet, as Piscinas Municipais, a Academia de Música, o Centro de Arte e o Instituto de Línguas. A diversidade de proveniência de todas elas, e da sua missão, faz com que exista pouca consistência de conjunto entre as actividades por elas desenvolvidas.

Para que se consiga tirar o máximo de partido de todo este esforço, urge criar um projecto comum, que apoie a integração destas actividades num desígnio mais geral, proponde-se para base a “Carta das Cidades Educadoras”.

A “Carta das Cidades Educadoras” foi elaborada no primeiro Congresso Internacional da Associação de uma rede de cidades a nível mundial (hoje são mais de 200 em todo o mundo, 19 das quais portuguesas) que assumiram compartilhar as suas experiências na procura da criação das melhores condições para uma vivência cidadina mais civilizada, pacífica, democrática e acolhedora.

Deste modo o Projecto Educativo de Cidade deverá ter como objectivos, entre outros:

- Compreender a cidadania como participação social, comportando direitos e deveres;
- Promover e incentivar o usufruto dos espaços públicos, como sejam os parques e jardins, o Museu e as Bibliotecas, organizando actividades de incentivo e mobilização da população;
- Estimular atitudes de solidariedade, tolerância, cooperação e diálogo para a construção de uma atitude democrática;

- Tornar cada cidadão como um construtor activo da sua história;
- Promover o relacionamento intergeracional, através da partilha de saberes, valores e experiências;
- Favorecer as relações de cooperação entre instituições, nomeadamente da cooperação Escola/Família;
- Contribuir para a diminuição do abandono escolar, da saída antecipada e da saída precoce do sistema escolar;
- Desenvolver competências de pesquisa, selecção, organização e interpretação da informação;
- Contribuir para o conhecimento científico, tratando o conhecimento de uma forma interdisciplinar;
- Incentivar a prática de expressões artísticas e físico-motoras;
- Facilitar as relações de cooperação com outros municípios, nacionais e estrangeiros, numa óptica de troca de experiências e boas práticas.

Para apoiar este projecto que, como ficou claro, não se pode confinar aos muros das escolas, deve ser criada uma estrutura de apoio técnico, o Gabinete Coordenador do Projecto Educativo de Cidade, na dependência da Câmara Municipal, supervisionado pelo Conselho Municipal de Educação.

Este Gabinete Coordenador do Projecto Educativo de Cidade terá como competências, entre outras:

- Promover as acções necessárias para estruturar as ligações entre os diferentes agentes educativos da cidade e articular as suas actividades incluídas no Projecto Educativo de Cidade;

- Divulgar e apoiar os programas educativos organizados na cidade;
- Organizar sessões de formação e informação abertos a públicos específicos;
- Elaborar estratégias e criar mecanismos de envolvimento dos pais com as escolas, nomeadamente através da divulgação das ofertas educativas e formativas, promoção do envolvimento nas actividades escolares e promoção da formação parental;
- Apoiar o desenvolvimento das acções específicas contidas na Carta Educativa;
- Fomentar a procura dos cursos de formação profissionalizante;
- Lançar as bases para a criação de um sistema de qualidade educativa do concelho;
- Garantir a avaliação contínua do Projecto Educativo de Cidade.

19.2 – Aumento da oferta de educação pré-escolar

Medidas concretas:

- *Construção de um novo edifício junto da EB1 do Parque, com 4 salas de pré-escolar, sala de educadoras, cantina, polivalente e sanitários;*
- *Ampliação do edifício EB1 de Fundo de Vila, com mais 4 salas de actividades e instalações sanitárias.*

O parque escolar de S. João da Madeira tem merecido uma particular atenção por parte do Município que sobre ele tem operado um conjunto de acções que transportaram consigo uma melhoria qualitativa significativa. Esta acção da Câmara Municipal teve no último ano uma incidência especial sobre o sector pré-escolar e 1º ciclo.

Continuam, no entanto, a verificar-se algumas lacunas na cobertura deste subsistema que têm tradução visível nas listas de espera que continuam a subsistir. De facto, apesar da taxa de pré-escolarização bruta ultrapassar os 100%, não podemos esquecer que as instituições do pré-escolar não têm de responder exclusivamente à população residente mas sim a todos aqueles que, exercendo a sua actividade em S. João da Madeira, aqui passam a maior parte do seu dia-a-dia trazendo consigo, por isso, os seus filhos.

Por outro lado, as listas de espera existentes neste segmento do sistema educativo não reflectem completamente a situação real já que muitas famílias, confrontadas com a impossibilidade de matricular as suas crianças nos jardins-de-infância existentes, procuram outras soluções que muitas das vezes não são as mais favoráveis.

As boas condições oferecidas pelos estabelecimentos de ensino, com serviço de refeições e ATL, já em funcionamento há alguns anos, e a qualidade dos profissionais que nela desempenham a sua actividade, constituem uma garantia efectiva para a comunidade.

Tabela 35
Calendarização e estimativa orçamental (pré-escolar)

Medida	Calendarização	Estimativa orçamental
Criação de 4 salas na EB1 do Parque	2006-2007	162 600,00 €
Ampliação da EB 1 de Fundo de Vila com a criação de 4 salas de pré-escolar	2006	360 000,00 €



19.3 - Funcionamento em regime normal de todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Medidas concretas

- Construção de seis novas salas de 1º ciclo

O desenvolvimento de um ensino de qualidade implica que no 1º ciclo existam condições nas diferentes escolas para que a cada sala corresponda apenas uma turma, isto é para que cada escola possa funcionar em regime normal. No “regime de desdobramento”, em que cada sala comporta mais do que uma turma, as actividades de enriquecimento curricular e extracurricular ficam comprometidas ou deixam até de existir. É o que acontece, neste momento, na EB1 Conde Dias Garcia (tem 8 turmas para apenas 4 salas) e na EB1 dos Ribeiros (possui 8 turmas nas 6 salas existentes).

Tabela 36
Calendarização e estimativa orçamental (1º ciclo)

Medida	Calendarização	Estimativa orçamental
Criação de seis novas salas de aula	2007-2008	309 600,00 €

19.4 - Promoção da Qualidade educativa e de formação

Medidas concretas

- *Dinamização das Bibliotecas Escolares existentes e criação de condições para a introdução na Rede de Bibliotecas Escolares das escolas onde ainda hoje tal não acontece;*
- *Dinamização e apoio ao processo de auto-avaliação das escolas;*
- *Apoio à formação dos agentes educativos;*

- *Avaliação dos serviços de apoio educativo (serviços de refeições escolares, prolongamento de horário e actividades extracurriculares);*
- *Construção de uma nova escola EB3/S;*
- *Criação de um Observatório da Qualidade do ensino e educação.*

Apesar das taxas de abandono não serem muito significativas, o número de jovens que não termina o 9º ano é muito elevado. Em grande parte este facto fica a dever-se ao desinteresse que o sistema escolar coloca a muitos dos que o frequentam. Os currículos únicos, caminhos exclusivos para o prosseguimento de uma escolaridade que se pretende para todos os cidadãos, correspondem a “pronto-a-vestir” desadequados.

Importa, pois, criar caminhos alternativos, ou aproveitar aqueles que já estão criados, que simultaneamente possibilitem o cumprimento da escolaridade básica obrigatória e forneçam instrumentos que permitam uma mais fácil integração no mercado de emprego, no sistema produtivo e no tecido social.

Um dos caminhos que importa explorar são os cursos de educação – formação que, desenvolvidos nas escolas onde se lecciona o 3º ciclo do ensino básico, podem responder aos interesses demonstrados pelos jovens e simultaneamente responder às carências de profissionais sentidas pela sociedade.

No entanto, em S. João da Madeira, a sobrelotação das escolas de 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário do concelho têm constituído um dos obstáculos ao desenvolvimento destas formações. Este facto foi já reconhecido pelo Ministério da Educação através da assinatura de



um protocolo, em 2002, com a Câmara Municipal de S. João da Madeira, no qual foi prevista a construção de uma nova escola.

Esta escola permitirá descongestionar as escolas actualmente existentes, favorecendo a implementação de formações alternativas no concelho e contribuindo decisivamente para o aumento do sucesso educativo e formativo.

Criadas condições materiais para o desenvolvimento do sistema educativo no concelho importa que os processos se adequem aos objectivos e tenham como principal enquadramento a progressão em direcção a processos de cada vez maior qualidade.

Esta qualidade de processos não se deve confinar a cada escola ou a cada centro formativo, importando proceder à sua constante avaliação e à disseminação das boas práticas de modo a obter um cada vez melhor resultado do sistema.

Também aqui deverá caber um papel importante ao Conselho Municipal de Educação através da criação de um Observatório da Qualidade Educativa Municipal a trabalhar integrado no Gabinete Coordenador de Projecto Educativo de Cidade.

Este Observatório terá entre outros os seguintes objectivos específicos:

- Promover a avaliação do sistema educativo e formativo do concelho;
- Dinamizar os processos de auto-avaliação das escolas;
- Incentivar as boas práticas, criando condições para a divulgação de experiências de qualidade;

- Divulgar periodicamente os resultados do desempenho do sistema educativo e formativo do concelho;
- Lançar as bases para a criação de um sistema da qualidade educativa concelhio.

Tabela 37
Calendarização e estimativa orçamental (ES/3)

Medida	Calendarização	Estimativa orçamental
Construção de uma nova escola com 3º ciclo e secundário	2006-2008	4 670 000,00 €

19.5 - Dinamização do ensino profissional

Medidas concretas

- *Aumento da oferta de cursos de educação - formação nas escolas com 3º ciclo do ensino básico;*

- *Dinamização das formações profissionalizantes a partir do Conselho Municipal de Educação.*

A carência de técnicos intermédios que se faz sentir não só em S. João da Madeira como em todo o Entre Douro e Vouga tem sido um motivo de preocupação dos diferentes municípios que constituem a Associação de Municípios de Santa Maria, consubstanciando-se esta preocupação na existência de diversas propostas de actuação provenientes de estudos especificamente direccionados a este assunto.

Nestes estudos tem sido constatado o deficiente papel que o ensino secundário tem desempenhado na resolução do problema, em certos casos devido à deficiência da oferta e noutros à ténue procura de formação.

Uma das questões centrais colocadas no ensino secundário prende-se com a eficiência e a eficácia actualmente existente neste nível de ensino.

A ineficiência do ensino secundário é facilmente observável pelas elevadas taxas de abandono, que assumem expressões aterradoras no 10º ano de escolaridade, e pelas elevadas taxas de retenção que nos diferentes anos que o ciclo comporta se podem observar.

As baixas percentagens da população que termina o ensino secundário, a continuação da falta de técnicos intermédios qualificados que respondam às necessidades do tecido produtivo local e a desadequada preparação para um bom desempenho profissional de muitos daqueles que saem da escola, são mais do que suficientes para mostrar a actual ineficácia do sistema.

No que respeita às ofertas formativas, no Entre Douro e Vouga à semelhança do que se passa no país, existem distorções relativas às necessidades sentidas pelo tecido produtivo.

No “Estudo Complementar sobre Formação de Técnicos Intermédios no Entre Douro e Vouga” desenvolvido pela Fundação Manuel Leão para a Associação de Municípios de Santa Maria, em 2002, é referida de forma particular a inexistência de oferta formativa nas áreas de Construção Civil, Química e Artes Ofícios, alertando-se de modo especial para o facto de “dado o perfil de ocupação da mão-de-obra destes municípios, há um claro desajustamento entre o mercado de



emprego e o *mercado de formação*, que se traduz também em largos desajustamentos entre a oferta e a procura de lugares disponíveis

Aquele estudo assinala que, no Entre Douro e Vouga, *“a quase ausência de oferta de ensino profissional, sendo este maioritariamente de iniciativa autónoma da sociedade civil, pode indiciar uma enorme incapacidade dos agentes económicos, dos dirigentes autárquicos e dos dirigentes associativos para a promoção autónoma da formação de quadros intermédios necessários ao seu próprio desenvolvimento”*.

Esta afirmação, complementada por uma subsequente segundo a qual *“verifica-se haver uma dificuldade em articular a oferta pública estatal com a oferta da sociedade civil. As escolas secundárias e os centros de formação profissional encontram-se muito fechados sobre si mesmo e sobre a sua oferta específica, não se registando dinâmicas de rede e de aproveitamento de sinergias entre as várias instituições”* constitui um verdadeiro desafio para as instituições locais.

O Conselho Municipal de Educação pode ter aqui um papel muito importante na dinamização do contacto entre os diferentes intervenientes do processo formativo, em contacto com as outras estruturas que, nos municípios vizinhos, prosseguem os mesmos fins. Para isso deverá também apoiar-se no Gabinete Coordenador do Projecto Educativo de Cidade, que nesta vertente terá como objectivos específicos, entre outros:

1 – Aumentar a informação aos jovens que terminam o ensino básico, pais e encarregados de educação, sobre as oportunidades formativas existentes e a sua necessidade no contexto produtivo concelhio;

2 – Aumentar o acesso aos sistemas de orientação profissional e melhorar o seu desempenho;

3 – Criar condições que facilitem o processo de comunicação entre as escolas e as empresas de modo a facilitar a integração dos técnicos diplomados em estágios profissionais;

4 – Desenvolver processos de troca de experiências de sucesso entre os diferentes centros formativos;

5 – Desenvolver processos de avaliação de resultados escolares e extra-escolares da formação: adequação da formação, empregabilidade, etc.;

6 – Divulgar os resultados da formação junto da comunidade;

7 – Propor formas de premiar os sucessos formativos, envolvendo as empresas, as autarquias, as associações empresariais, etc.;

8 – Pensar com os centros formativos a actualização de novas necessidades formativas.

QUADRO RESUMO DAS MEDIDAS CONSIDERADAS NA CARTA EDUCATIVA

EIXO	Medidas	Responsáveis	Intervenientes
1 - Dinamização de um Projecto Educativo de Cidade	1.1 - Elaboração de um projecto educativo de Cidade	Município	- Conselho Municipal de Educação - Agentes educativos
	1.2 - Criação de um Gabinete Coordenador do projecto educativo de Cidade	Município	Conselho Municipal de Educação

(Cont.)

QUADRO RESUMO DAS MEDIDAS CONSIDERADAS NA CARTA EDUCATIVA (continuação)

EIXO	Medidas	Responsáveis	Intervenientes
2 – Aumento da Oferta de Educação Pré-escolar	2.1 – Construção de um novo edifício junto à EB1 do parque com 4 salas e estruturas de apoio	Município	Ministério da Educação
	2.2 – Ampliação do edifício EB1 de Fundo de Vila, com mais 4 salas e instalações sanitárias	Município	Ministério da Educação
3 – Funcionamento em regime normal de Todas as Escolas de 1º Ciclo de Ensino Básico	3.1 – Construção de 6 novas salas de aula do 1º ciclo	Município	Ministério da Educação
4 – Promoção da Qualidade Educativa e de Formação	4.1 – Dinamização das Bibliotecas escolares	Ministério da Educação	- Município - Escolas
	4.2 – Dinamização e apoio ao processo de auto-avaliação das escolas	Conselho Municipal de Educação	Escolas
	4.3 – Apoio à formação dos agentes educativos	Escolas	Município Centro de Formação de S. João Madeira
	4.4 – Avaliação dos serviços de apoio educativo (serviço de refeições escolares, prolongamento de horários e actividades extra curriculares)	Município	Escolas
	4.5 – Construção de uma nova escola com 3º ciclo e secundário	Ministério da Educação	Câmara Municipal
	4.6 – Criação na dependência do Conselho Municipal de Educação de um Observatório da Qualidade	Conselho Municipal de Educação	-

(cont.)

QUADRO RESUMO DAS MEDIDAS CONSIDERADAS NA CARTA EDUCATIVA (continuação)

EIXO	Medidas	Responsáveis	Intervenientes
5 - Dinamização do Ensino Profissional	5.1 - Aumento da oferta de cursos de educação – formação nas escolas com 3º ciclo do ensino básico	Ministério da Educação	Escolas Município Conselho Municipal de Educação
	5.2 - Dinamização das formações profissionalizantes	Ministério da Educação Instituto de Emprego e Formação Profissional Escolas Secundárias Centros de Formação	Empresas Conselho Municipal de Educação

20 - MONITORIZAÇÃO

Sendo a Carta Educativa um documento dinâmico, em constante actualização, há necessidade de fazer verificações periódicas acerca da sua correcção.

Uma primeira dimensão a verificar corresponde às medidas que a Carta Educativa preconiza para o Concelho. É preciso determinar com que grau de cumprimento estão a ser implementadas e se da sua colocação no terreno foram alcançados os resultados esperados. Trata-se da assunção da Carta Educativa como um projecto e conseqüentemente esta dimensão servirá para realizar a sua avaliação em sentido restrito.

Uma segunda dimensão prende-se com a evolução do sistema educativo no Concelho, com a avaliação dos progressos alcançados e com as variações que múltiplos factores podem ter introduzido. Trata-se de verificar se a análise contida na Carta Educativa continua ter validade

ou se é necessário introduzir-lhe correcções e conseqüentemente corrigir trajectórias para o futuro

A monitorização terá pois 3 fases principais:

- 1ª - Recolha de informação
- 2ª – Tratamento de dados
- 3ª – Operacionalização dos resultados

1º – Recolha de Informação

A recolha de informação deve coincidir com os anos lectivos e será realizada pela Câmara Municipal.

Para além da informação que directamente tenha disponível, nomeadamente as acções levadas a cabo pela Câmara Municipal ou com a sua colaboração, deverá ser enviado a todas as unidades educativas um inquérito que recolha os dados de actividade do período em análise e as alterações sofridas nas suas estruturas durante este período.

Este inquérito deve ter o seu preenchimento referido a uma determinada data, 1 de Outubro por exemplo, de modo a permitir obter uma maior fiabilidade nos seus resultados.

No essencial serão obtidos os dados referentes à frequência dos estabelecimentos educação e ensino e formação bem como dos resultados neles obtidos.

Serão também recolhidos dados referentes às alterações ocorridas durante o período em análise relativamente aos recursos físicos e humanos bem como aos serviços prestados por cada estabelecimento de ensino e formação.

Para além deste inquérito será realizada uma análise do impacto que as acções previstas na Carta e entretanto já realizadas tiveram no desenvolvimento do sistema educativo no Concelho.

Interessará ainda analisar outras modificações ocorridas no sistema educativo, criação de novas estruturas ou melhoria de outras existentes e o alcance dos resultados previsto ou eventualmente já atingidos.

2º – Tratamento dos dados

Os elementos recolhidos através dos inquéritos serão alvo de tratamento que permitirá determinar a evolução dos indicadores educacionais no Concelho, nomeadamente as taxas de escolarização, as taxas de abandono, as taxas de saídas do sistema e taxas de sucesso.

3ª – Operacionalização dos resultados

A partir dos resultados do trabalho realizado nas fases anteriores, será elaborado um relatório, sujeito a parecer do Conselho Municipal de Educação, que será objecto de apreciação pelos órgãos autárquicos, e que conterà, se tal for considerado necessário, propostas de novas acções



ou de modificação das acções previstas na Carta Educativa e que posteriormente serão objecto de apreciação com as autoridades competentes.





Carta Educativa

Concelho de S. João da Madeira

Anexos

Anexo 1

LEGISLAÇÃO RELEVANTE

LEGISLAÇÃO

Lei n.º 9/79 de 19 de Março de 1979 – Aprova as bases do ensino particular e cooperativo;

Decreto-lei n.º 542/79 de 31 de Dezembro de 1979 – Estabelece o estatuto dos jardins-de-infância da rede pública do Ministério da Educação;

Decreto-lei n.º 553/80 de 21 de Novembro de 1980 – Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo;

Decreto-lei n.º 299/84 de 5 de Setembro de 1984 – Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares;

Decreto-lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro de 1984 – Estabelece as normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria social escolar em diversos domínios;

Decreto-lei n.º 191/85 de 24 de Junho de 1985 – Determina que os conselhos directivos dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário elaborem anualmente o plano de necessidades das obras de reparação, conservação e arranjos dos equipamentos educativos sob a sua gestão;

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro de 1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo;

Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88 – Define os princípios gerais da planificação da Rede Escolar;

Decreto-lei n.º 108/88 de 31 de Março de 1988 – Regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-o na rede escolar para efeito da ordenação desta;

Decreto-lei n.º 35/90 de 25 de Janeiro de 1990 – Estabelece o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória;

Decreto-lei n.º 372/90 de 27 de Novembro de 1990 – Direitos e deveres inerentes à participação das associações de pais no sistema educativo;

Decreto-lei n.º 319/1991 de 23 de Agosto de 1991 – Regula a integração dos alunos com necessidades educativas especiais nos estabelecimentos públicos de ensino;

Decreto-lei n.º 301/93 de 31 de Agosto de 1993 – Regula o regime de matrícula e frequência no ensino básico obrigatório;

Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro de 1997 – Lei-quadro da educação pré-escolar;

Despacho n.º 11/SEAE/1997 de 4 de Abril de 1997 – Lança o Programa de Preservação e Salvaguarda do Património Escolar;

Decreto-lei n.º 147/97 de 11 de Junho de 1997 – Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar pública e privada e define o respectivo sistema de organização e funcionamento;

Portaria n.º 583/97 de 1 de Agosto de 1997 – Estabelece os horários dos estabelecimentos da educação pré-escolar;

Despacho n.º 5220/97 de 4 de Agosto de 1997 – Aprova as orientações curriculares para a educação pré-escolar e define os seus princípios gerais;

Despacho Conjunto n.º 300/97 de 7 de Agosto de 1997 – Aprova as normas que regulam a participação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar;

Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto de 1997 – Define critérios aplicáveis à caracterização das instalações e do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, com vista à obtenção de níveis de qualidade adequados ao sucesso educativo e à optimização dos investimentos;

Despacho Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto de 1997 – Define requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar;

Despacho Conjunto n.º 291/97 de 4 de Setembro de 1997 – Estabelece as condições de acesso ao financiamento para construção de edifícios de educação pré-escolar;

Despacho Conjunto n.º 300/97 de 9 de Setembro de 1997 – Estabelece normas reguladoras das participações familiares pela utilização de serviços de apoio à família em estabelecimentos de educação pré-escolar;

Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro de 1997 – Introduz alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo;

Decreto-lei n.º 314/97 de 15 de Novembro de 1997 – Introduz alterações ao Decreto-lei n.º 387/90 (e republica-o) o qual aprovou as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensinos públicos não superiores;

Decreto Regulamentar n.º 51/97 de 24 de Novembro de 1997 – Cria na administração local a carreira de auxiliar de acção educativa;

Decreto-lei n.º 331/97 de 27 de Novembro de 1997 – Estabelece um regime excepcional de celebração de contratos a termo certo dos auxiliares de acção educativa pelas autarquias locais

Decreto-lei n.º 1/98 de 2 de Janeiro de 1998 – Estatuto da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário;

Decreto-lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro de 1998 – Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais;

Decreto-lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio de 1998 – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos;

Decreto-lei n.º 414/98 de 31 de Dezembro de 1998 – Aprova o Regulamento de segurança contra incêndios em edifícios escolares;

Decreto-lei n.º 80/99 de 16 de Março de 1999 – Alteração ao decreto-lei n.º 372/90 de 27 de Novembro de 1990 referente às Associações de pais e encarregados de educação;

Lei n.º 24/99 de 22 de Abril de 1999 – Alterações ao regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

Despacho Normativo n.º 27/1999 de 25 de Maio de 1999 – Determina que as escolas profissionais devam desenvolver as suas actividades em instalações que proporcionem as condições legais aplicáveis às edificações em geral, aos edifícios escolares em particular e que reúnam as condições pedagógicas, funcionais, construtivas e ambientais adequadas à sua especificidade de estabelecimentos de ensino;

Lei n.º 413/99 de 8 de Junho de 1999 – Regulamento do Seguro escolar;

Decreto Regulamentar n.º 10/99 de 21 de Julho de 1999 – Regulamenta o regime de autonomia, administração e gestão aplicável aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, estabelecendo as competências das estruturas de orientação educativa;

Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro de 1999 – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais;

Despacho n.º 15-I/SEAE/99 de 1 de Outubro de 1999 – Determina qual a nomenclatura a utilizar na designação dos estabelecimentos de ensino a qual deverá estar de acordo com o disposto no decreto-lei n.º 314/97 de 15 de Novembro;

Portaria n.º 989/99 de 3 de Novembro de 1999 – Regulamenta os cursos de especialização tecnológica;

Decreto-lei n.º 515/99 de 24 de Novembro de 1999 – Aprova o regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior;

Despacho da SEAE sobre a informação 11/05/DSQEE/00 de 9 de Março de 2000 – Aprova o Manual de Utilização e Manutenção das Escolas;

Decreto Regulamentar n.º 12/2000 de 29 de Agosto de 2000 – Fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento;

Decreto-lei n.º 234-A/00 de 25 de Setembro de 2000 – Cria na administração local a carreira de auxiliar de acção educativa;

Decreto-lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro de 2001 – Aprova a reorganização do ensino básico;

Decreto-lei n.º 7/2001 de 18 de Janeiro de 2001 – Aprova a revisão curricular do ensino secundário;

Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001 de 28 de Fevereiro de 2001 – Rectifica o decreto-lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro de 2001;

Despacho Conjunto n.º 373/2002 de 23 de Abril de 2002 – Distribuição dos alunos por escolas e agrupamentos. Período de funcionamento das escolas. Constituição de turmas;

Decreto-lei n.º 156/2002 de 20 de Junho de 2002 – Suspende a vigência do n.º 1 do artigo 20º do decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto mantendo em vigor o decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto em tudo o que diz respeito ao ensino secundário;

Despacho n.º 3/SEAE/2002 de 28 de Junho de 2002 – Define as prioridades de admissão de crianças nos jardins-de-infância da rede pública;

Despacho Conjunto n.º 279/2002 de 4 de Dezembro de 2002 – Cria uma oferta de educação e formação que pretende proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, de nível de qualificação 1 e 2;

Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003 – Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa transferindo competências para as autarquias locais;

Lei n.º 41/2003 de 22 de Agosto de 2003 – Altera o Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro;

Declaração de Rectificação n.º 13/2003 de 11 de Outubro de 2003 – Rectifica a Lei n.º 41/2003 de 22 de Agosto de 2003;

Despacho Conjunto n.º 26/2004 de 15 de Janeiro de 2004 – Determina os apoios financeiros do Estado às Autarquias para o desenvolvimento da componente de apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública, para o ano lectivo 2003/2004;

Despacho Conjunto n.º 27/2004 de 15 de Janeiro de 2004 – Determina os apoios financeiros do Estado aos estabelecimentos de educação pré-escolar das Instituições Particulares de Solidariedade Social, para o ano lectivo de 2003/2004;

Decreto-lei n.º 74/2004 de 26 de Março de 2004 – Define os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como a avaliação das aprendizagens, referentes ao nível secundário de educação;

Portaria n.º 550-C/2004 de 21 de Maio de 2004 – Regulamenta o Ensino Profissional;

Lei n.º 30/2004 de 21 de Julho de 2004 – Aprova a Lei de Bases do Desporto Escolar.

Anexo 2

FREQUÊNCIA DO PRÉ-ESCOLAR

1999/2000 a 2004/2005

	Ano Lectivo	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003-2004	2004/2005				
	Jardim-de-infância	Total	Total	Total	Total	Total	3 anos	4 anos	5 anos	Total	Salas
Rede do Ministério da Educação	Carquejido				43	40	10	11	17	38	2
	Casaldelo	40	50	45	50	50	17	16	16	49	2
	Devesa Velha	49	44	42	44	45	12	22	9	43	2
	Fontainhas	32	42	48	50	50	6	20	24	50	2
	Fundo de Vila	42	45	62	70	70	15	23	26	64	3
	Parrinho	41	69	59	60	68	18	21	36	75	3
	Conde Dias Garcia	107	110	105	40	40	3	22	15	40	2
	Parque	47	50	45	70	70	20	27	23	70	3
	Travessas	40	40	45	44	45	9	17	19	45	2
9 Jardins-de-infância	398	450	451	471	478	110	179	185	474	21	

	Ano Lectivo	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003-2004	2004/2005				
	Jardim-de-infância	Total	Total	Total	Total	Total	3 anos	4 anos	5 anos	Total	Salas
IPSS	Colégio Infantil de Santa Filomena	160	159	160	158	154	63	42	42	147	7
	Abrigo Infantil das Laranjeiras	80	80	80	72	72	15	29	28	72	4
	Centro Infantil de S. João da Madeira	134	134	134	139	138	38	39	45	122	6
	TOTAL	374	373	374	369	364	116	110	115	341	17

	Ano Lectivo	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005				
	Jardim-de-infância	Total	Total	Total	Total	Total	3 anos	4 anos	5 anos	Total	Salas
Privados	Centro de Educação Integral	75	75	75	75	78	15	28	25	68	3
	Externato Estrela da Guia	nd	nd	nd	nd	27	17	7	13	37	2
	TOTAL	75	75	75	75	105	32	35	38	105	5

Anexo 3

FREQUÊNCIA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

1999/2000 a 2004/2005

Ano lectivo	1999/2000					2000/2001					2001/2002					2002/2003				
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
EB1 do Espadanal (EB1 n.º 3)	46	60	59	52	217	61	56	44	57	218	25	60	55	51	191	42	24	58	52	176
EB1 dos Ribeiros (EB1 n.º 7)	40	41	45	45	171	41	44	44	39	168	43	43	46	45	177	35	44	41	47	167
EB1 Carquejido (EB 1 n.º 5)	26	30	19	21	96	16	17	27	38	98	24	16	22	27	89	22	23	17	20	82
EB1 Casaldelo (EB1 n.º 4)	24	17	25	26	92	26	18	20	20	84	33	28	16	21	98	24	37	24	20	105
EB1 das Fontainhas (EB1 n.º 6)	48	45	44	33	170	42	40	50	45	177	47	41	45	49	182	44	46	43	42	175
EB1 de Fundo de Vila (EB1 n.º 8 ?)	27	28	23	37	115	21	33	24	32	110	26	25	33	22	106	33	37	24	41	135
EB1 do Parque (EB1 n.º 1)	58	50	61	46	215	43	49	64	55	211	64	48	49	70	231	50	69	44	51	214
EB1 do Parrinho (EB1 n.º 9)	31	19	24	25	99	17	27	37	24	105	20	27	22	32	101	19	22	20	25	86
EB1 Conde Dias Garcia (EB1 n.º 2)	26	39	36	42	143	41	45	29	41	156	49	42	43	29	163	48	47	42	44	181
9 Escolas públicas com 1º Ciclo	326	329	336	327	1318	308	329	339	351	1327	331	330	331	346	1338	317	349	313	342	1321

Ano Lectivo	2003/2004					2004/2005				
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
EB1 do Espadanal (EB1 n.º 3)	43	46	25	59	173	46	51	45	21	163
EB1 dos Ribeiros (EB1 n.º 7)	48	40	44	42	174	33	46	42	47	168
EB1 Carquejido (EB 1 n.º 5)	19	23	20	20	82	13	22	23	22	80
EB1 Casaldelo (EB1 n.º 4)	29	34	32	25	120	32	32	28	32	124
EB1 das Fontainhas (EB1 n.º 6)	51	46	42	42	181	44	49	48	44	185
EB1 de Fundo de Vila (EB1 n.º 8 ?)	43	37	35	25	140	41	47	30	37	155
EB1 do Parque (EB1 n.º 1)	48	51	42	69	210	43	56	44	66	209
EB1 do Parrinho (EB1 n.º 9)	23	25	24	20	92	24	26	19	28	97
EB1 Conde Dias Garcia (EB1 n.º 2)	43	48	45	44	180	37	44	22	72	175
9 escolas públicas com 1º Ciclo	347	350	309	346	1352	313	373	301	369	1356

Ano Lectivo	1999/2000					2000/2001					2001/2002					2002/2003				
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
Centro de Ensino Integral	26	30	34	40	130	22	22	34	34	112	31	22	25	36	114	21	34	22	27	104
Externato Estrela da Guia	17	20	17	20	74	12	17	18	19	66	11	10	17	17	55	8	10	10	17	45
2 escolas privadas com 1º Ciclo	43	50	51	60	204	34	39	52	53	178	42	32	42	53	169	29	44	32	44	149

Ano Lectivo	2003/2004					2004/2005				
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
Centro de Ensino Integral	15	22	31	25	93	15	16	15	30	76
Externato Estrela da Guia	7	9	11	9	47	8	6	9	10	45
2 escolas privadas com 1º Ciclo	22	31	42	34	140	23	22	24	40	121

Anexo 4

FREQUÊNCIA DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

1999/2000 a 2004/2005

	EB 2,3 de S. João da Madeira			Centro de Educação Integral		
	5º ano	6º ano	Total	5º ano	6º ano	Total
1999/2000	390	368	758	28	27	55
2000/2001	407	394	801	25	24	49
2001/2002	359	395	754	25	25	50
2002/2003	355	388	743	34	28	62
2003/2004	349	363	712	23	30	53
2004/2005	313	365	678	23	22	45

	EB 2,3 de S. João da Madeira				ES com 3º ciclo n.º 3 de S. João da Madeira				ES com 3º ciclo João da Silva Correia			
	7º ano	8º ano	9º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano	Total
1999/2000	117	87	75	279	178	175	138	491	110	71	109	290
2000/2001	56	104	82	242	174	139	169	482	116	97	75	288
2001/2002	48	59	93	200	163	169	136	468	95	122	100	317
2002/2003	57	41	51	149	135	159	136	430	95	112	110	317
2003/2004	49	55	41	145	176	135	148	459	124	94	103	321
2004/2005	38	44	52	134	153	161	145	459	97	118	86	301

	ES com 3º Ciclo Dr. Serafim Leite				Centro de Educação Integral			
	7º ano	8º ano	9º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano	Total
1999/2000	74	65	77	216	15	23	16	54
2000/2001	65	70	60	195	24	15	20	59
2001/2002	98	68	64	230	12	25	12	49
2002/2003	81	91	67	239	25	13	27	65
2003/2004	68	71	105	244	22	22	12	56
2004/2005	100	64	77	241	22	18	20	60

ANEXO 5

FREQUÊNCIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

1999/2000 a 2004/2005

	ES com 3º ciclo n.º 3 de S. João da Madeira				ES com 3º ciclo João da Silva Correia			
	10º ano	11º ano	12º ano	Total	10º ano	11º ano	12º ano	Total
1999/2000	262	148	155	565	151	84	106	341
2000/2001	265	153	152	570	129	103	72	304
2001/2002	263	193	125	581	141	106	98	345
2002/2003	245	202	216	663	122	115	106	343
2003/2004	242	161	177	580	131	95	104	330
2004/2005	252	195	190	637	116	105	97	318

	Escola Secundária Dr. Serafim Leite				Centro de Educação Integral			
	10º ano	11º ano	12º ano	Total	10º ano	11º ano	12º ano	Total
1999/2000	319	209	216	744	25	25	25	75
2000/2001	317	215	249	781	25	25	25	75
2001/2002	280	218	238	736	25	25	25	75
2002/2003	289	205	198	692	25	25	25	75
2003/2004	292	186	173	651	28	18	27	73
2004/2005	269	206	216	691	11	22	16	49

Anexo 6

BASE DE DADOS DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO DE S. JOÃO DA MADEIRA

INDICE

	<i>Página</i>
1 – Introdução	1
1.1 – Papel da educação no desenvolvimento local	1
1.2 – A Carta Educativa	3
1.3 – Partes constituintes da Carta Educativa	5
2 – Caracterização e breves notas sobre o concelho	6
3 – Caracterização demográfica	8
3.1 – Evolução da população residente	8
3.2 – Distribuição da população residente por escalões etários	12
4 – Caracterização social da população	19
4.1 – Estruturas familiares	19
4.2 – Níveis de escolaridade da população	20
5 – Caracterização económica	25
5.1 – Taxas de actividade e desemprego	25
5.2 – Distribuição da população por sectores de actividade	27
5.3 – Empresas com sede no concelho	28
6 – Caracterização educativa do concelho	33
6.1 – O sistema educativo	33
6.2 – Indicadores educacionais do concelho	37
6.3 – Parque escolar de S. João da Madeira	40
7 – Pré-escolar	43
8 – 1º ciclo do ensino básico	47
9 – 2º ciclo do ensino básico	54
10 – 3º ciclo do ensino básico	56
11 – Ensino secundário	60
12 – Acesso ao ensino superior	68

13 – Ensino Recorrente	Página 73
14 – Ensino Especial	76
15 – Outros centros escolares e de formação	78
15.1 – Academia de Música de S. João da Madeira	78
15.2 – Centro de Arte de S. João da Madeira	79
15.3 – Instituto de Línguas	80
15.4 – Centro Tecnológico do Calçado	81
15.5 – Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado	81
16 – Projectos promovidos pelo Município	82
16.1 – Bolsas de Estudo para estudantes do ensino superior residentes em S. João da Madeira	82
16.2 – Crescer a Brincar – Investir nas Gerações	83
16.3 – Desporto Escolar	84
16.4 – Educação Ambiental – Agenda 21 Escolar	85
16.5 – Educação Musical no 1º Ciclo	86
16.6 – Formação parental e interacção pais-escola	86
16.7 – Internet nas escolas	88
16.8 – MAD SCIENCE – ensino experimental das ciências para crianças do ensino pré-escolar e 1º ciclo do Município de S. João da Madeira	88
17 – Diagnóstico – Síntese	90
18 – Projecção da população escolar para o futuro	98
19 – Medidas a tomar	100
19.1 – Dinamização de um Projecto educativo de Cidade	100
19.2 – Aumento da oferta de educação pré-escolar	103
19.3 – Funcionamento em regime normal de todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	105
19.4 – Promoção da Qualidade educativa e de formação	105
19.5 – Dinamização do Ensino Profissional	108
20 - Monitorização	113

ÍNDICE DE TABELAS

	<i>Página</i>
Tabela 1 – População residente em S. João da Madeira, em 1981, 1991 e 2001	9
Tabela 2 – Densidade populacional em 2001	12
Tabela 3 – População residente por escalões etários, em 1981, 1991 e 2001	12
Tabela 4 – Variação percentual da população por escalões etários, entre 1981 e 1991 e entre 1991 e 2001	13
Tabela 5 – Nível de escolaridade atingida pela população residente no concelho, por sexo, em 2001	21
Tabela 6 – Nível de escolaridade atingido pela população residente no concelho, por escalões etários, em percentagem, em 2001	21
Tabela 7 – Taxas de analfabetismo em S. João da Madeira, em 1991 e 2001	24
Tabela 8 – População activa e taxas de actividade e desemprego, no concelho, em 1991 e 2001	26
Tabela 9 – Distribuição percentual, da população residente, da população activa e da população desempregada por nível de ensino, em 2001	26
Tabela 10 – População activa e empregada de São João da Madeira, por sectores de actividade, em 1991 e 2001	27
Tabela 11 – Estrutura comparada do emprego por sectores de actividade em 2001	28
Tabela 12 – Distribuição, em percentagem, das empresas com sede em S. João da Madeira, segundo a CAE-rev. 2, em 31/12/2002	30
Tabela 13 – Distribuição, em percentagem, das empresas da indústria transformadora, com sede em S. João da Madeira, segundo a CAE-rev.2, em 31/12/2002	31
Tabela 14 – Taxas de pré-escolarização, em 1991 e 2001	37

	Página
Tabela 15 – Quadro comparativo de alguns indicadores de escolaridade, em 2001	38
Tabela 16 – Escolas com educação pré-escolar e com ensino básico e secundário, em S. João da Madeira	40
Tabela 17 – Agrupamento de Escolas de S. João da Madeira, em 2004/2005	41
Tabela 18 – Alunos matriculados nas escolas de S. João da Madeira, segundo o nível de escolaridade, em 2004/2005	42
Tabela 19 – Jardins-de-infância de S. João da Madeira, em 2004/2005, respectiva frequência e rede a que pertencem	43
Tabela 20 – Recursos existentes nas escolas de 1º ciclo de S. João da Madeira	48
Tabela 21 – Concelho de residência dos alunos matriculados nas escolas públicas do 1º ciclo de S. João da Madeira, no ano lectivo 2003/2004	50
Tabela 22 – Caracterização do corpo docente do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico público, em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005	52
Tabela 23 – Caracterização do pessoal não docente do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público, em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005	53
Tabela 24 – Cursos de Educação e Formação, com autorização de funcionamento em S. João da Madeira, em 2005/2006	59
Tabela 25 – Distribuição dos alunos do 10º ano pelos diferentes cursos tecnológicos, em S. João da Madeira, em 2003/2004 e 2004/2005	63
Tabela 26 – Caracterização do corpo docente dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário público, em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005	66
Tabela 27 – Caracterização do pessoal não docente dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário público, em S. João da Madeira, no ano lectivo 2004/2005	67
Tabela 28 – Concurso de acesso ao ensino superior (1ª fase) no final de 2004/2005	68
Tabela 29 – Colocação dos alunos por Universidades, no concurso de 2004/2005	69

	Página
Tabela 30 – Colocação dos Alunos por Institutos Politécnicos, no concurso de 2004/2005	70
Tabela 31 – Colocação dos alunos no concurso de ingresso no ensino superior, segundo a opção	70
Tabela 32 – Colocação por curso, no ingresso no ensino superior para 2005/2006	71
Tabela 33 – Distribuição dos alunos por curso que frequentam, em regime nocturno em 2004/2005, na Escola Secundária Dr. Serafim Leite, por cursos	74
Tabela 34 – Previsão do número de crianças no pré-escolar e de alunos nos ensinos básico e secundário em 2011, em S. João da Madeira	99
Tabela 35 – Calendarização e estimativa orçamental (pré-escolar)	104
Tabela 36 – Calendarização e estimativa orçamental (pré-escolar)	105
Tabela 37 – Calendarização e estimativa orçamental (ES/3)	108

INDICE DE GRÁFICOS

	<i>Página</i>
Gráfico 1 – Evolução da população residente no concelho de 1981 a 2002	8
Gráfico 2 – Variação percentual da população residente, entre 1981 e 1991 e entre 1991 e 2001	10
Gráfico 3 – Crescimento populacional, saldo natural e migratório, entre 1991 e 2001	11
Gráfico 4 – Evolução do índice de envelhecimento entre 1981 e 2001	15
Gráfico 5 – Índices de dependência para 1981, 1991 e 2001	16
Gráfico 6 – Pirâmide etária do concelho em 1981, 1991 e 2001	17
Gráfico 7 – Distribuição das famílias clássicas, de S. João da Madeira, por número de elementos constituintes, em 1981, 1991 e 2001	19
Gráfico 8 – Níveis de ensino, em São João da Madeira, Entre Douro e Vouga, Região Norte e Portugal, em 2001	23
Gráfico 9 – Número de empresas com sede no concelho por CAE –rev.2 em 31/12/2002	30
Gráfico 10 – Número de empresas da indústria transformadora, com sede no concelho, segundo a CAE-rev.2 em 31/12/2002	32
Gráfico 11 – Distribuição dos alunos, em S. João da Madeira, em 2004/2005	42
Gráfico 12 – Evolução da frequência dos jardins-de-infância em S. João da Madeira, entre 1999/2000 e 2004/2005	45
Gráfico 13 – Evolução da taxa de pré-escolarização, em S. João da Madeira, entre 1999/2000 e 2004/2005	45
Gráfico 14 – Distribuição das crianças por jardins-de-infância públicos e privados	46
Gráfico 15 – Evolução da frequência do 1º ciclo e do 1º ano de escolaridade, em S. João da Madeira, entre 1999/2000 e 2004/2005	49

	Página
Gráfico 16 – Evolução do número de alunos do 2º ciclo do ensino básico, em S. João da Madeira, e da população residente no concelho, com 10 e 11 anos de idade	55
Gráfico 17 – Distribuição percentual dos alunos pelas diferentes escolas que leccionam o 3º ciclo em S. João da Madeira	56
Gráfico 18 – Evolução do número de alunos do 3º ciclo e da população com idade correspondente, em S. João da Madeira, desde 1999/2000	57
Gráfico 19 – Distribuição percentual dos alunos do 3º ciclo por concelho de residência, em 2003/2004	58
Gráfico 20 – Distribuição percentual dos alunos pelas escolas que leccionam o ensino secundário em S. João da Madeira, em 2004/2005	60
Gráfico 21 – Evolução da procura do ensino secundário (em regime diurno) em S. João da Madeira, entre 1999/2000 e 2004/2005	61
Gráfico 22 – Distribuição percentual, por concelho de residência, dos alunos que frequentam o ensino secundário em S. João da Madeira, em 2004/2005	62

FICHA TÉCNICA

Título	Carta Educativa do Concelho de S. João da Madeira
Autores	Francisco Jacinto [coord.], Fundação Manuel Leão; Joaquim Milheiro e Nelson Costa [colab.], Câmara de S. João da Madeira
Composição	Paulo Amadeu
Entidade Contratante	Associação de Municípios das Terras de Santa Maria
Entidade Contratada	Fundação Manuel Leão
Local e Data	S. João da Madeira, Julho 2006